

7ª Edição

**Anuário da
Reciclagem**

2025

Realização



Site: ics.eco.br | E-mail: contato@ics.eco.br

Patrocínio



Apoio



Produção Técnica



Ficha Técnica

Contribuíram para a elaboração do **Anuário da Reciclagem 2025**

Elaboração:

Dione Manetti - Presidente do Instituto Caminhos Sustentáveis, CEO da Pragma Soluções Sustentáveis, Bacharel em Direito.

Fabiana Manetti - Diretora de Projetos do Instituto Caminhos Sustentáveis, Diretora de Inovação e Sustentabilidade da Pragma Soluções Sustentáveis, Assistente Social, Especialista em Ciência Política, Gestão Social, Políticas Públicas, Rede e Defesa de Direitos.

Luciano Luz de Lima - Advogado, Mestre em Ciência Política, Doutorando PPGPSDH-UCPEL.

Ravana Marques - Gerente Executiva do Instituto Caminhos Sustentáveis, Bacharel em Gestão Ambiental, Mestre em Engenharia Florestal.

Pesquisa de Campo:

Entidades apoiadoras e consultores parceiros.

Diagramação e arte:

Beatriz Mendes - Consultora de Comunicação do Instituto Caminhos Sustentáveis, Bacharel em Relações Públicas, Especialista em ESG.

Moreno Bastos - Jornalista e Consultor de Comunicação do Instituto Caminhos Sustentáveis.

Pedro Barbosa - Consultor de Design do Instituto Caminhos Sustentáveis, Graduando em Design Digital.

7^a Edição
**Anuário da
Reciclagem**
2025



Sumário

1. Apresentação	6
2. As organizações de catadoras e catadores no Brasil	8
3. As Catadoras e Catadores	10
3.1. Onde estão localizadas (os) as catadoras e os catadores	11
3.2. Proporção de mulheres e homens	12
3.3. Média de rendimentos das catadoras e dos catadores	13
4. Resultados produtivos e econômicos das organizações de catadoras e catadores	16
4.1. Quantidades coletadas e destinadas à reciclagem	17
4.1.1. Totais regionais e nacional	17
4.1.2. Quantidade coletada e destinada à reciclagem, por tipo de material	20
4.2. Faturamento das organizações	24
4.2.1. Totais regionais e nacional	24
4.2.2. Segmentação do faturamento por tipo de material	26
4.3. Preço médio de comercialização dos materiais	28
5. Impactos ambientais da atuação das organizações de catadoras e catadores	30
5.1. Redução das emissões de CO ₂ e decorrentes da quantidade de resíduos recuperados	31
5.2. Economia de Recursos Naturais	33
6. Análise evolutiva da atuação das organizações de catadoras e catadores entre 2019 e 2024	34
6.1. Evolução do número de organizações de catadoras e catadores	35
6.2. Evolução da quantidade de resíduos coletados e destinados à reciclagem	38
6.3. Evolução da representatividade do material coletado	40
6.4. Evolução do faturamento das organizações de catadoras e catadores	41
6.5. Evolução do preço médio de comercialização dos materiais coletados	44
6.6. Evolução na quantidade de catadoras e catadores	45
6.7. Evolução da renda média mensal das catadoras e dos catadores	48
6.8. Evolução da quantidade de carbono equivalente potencialmente reduzido	51
6.9. Evolução da economia de matéria-prima virgem	52
7. Panorama da implementação da coleta seletiva nos municípios	54
8. Metodologia aplicada no levantamento e apresentação dos dados	56
8.1. Composição do Banco de Dados e da amostra analisada	57
8.2. Margem de erro e confiabilidade	57
8.3. Metodologia usada para o cálculo da potencial redução de emissões de CO ₂ e	58
8.4. Metodologia usada no cálculo da estimativa de economia de matéria-prima virgem	58
8.5. Apresentação dos dados	59
9. Considerações finais	60

Apresentação

7ª Edição
**Anuário da
Reciclagem**

2025





1. Apresentação

É com satisfação que o Instituto Caminhos Sustentáveis apresenta a edição de 2025 do *Anuário da Reciclagem*, uma publicação que se consolida como referência nacional na sistematização de informações sobre o setor do cooperativismo e associativismo voltado aos materiais recicláveis no Brasil.

O *Anuário da Reciclagem 2025* apresenta uma síntese nacional e regional dos resultados obtidos por organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis no ano de 2024. Esta publicação tem como propósito qualificar o debate público, subsidiar políticas públicas e fortalecer a atuação dos coletivos responsáveis pela recuperação de materiais recicláveis, com base em dados sistematizados de organizações e profissionais em todas as regiões do país. Em um contexto de mudanças climáticas, desigualdades socioeconômicas persistentes e crescente geração de resíduos, a atuação desses grupos se consolida como uma das principais estratégias de economia circular e inclusão socioprodutiva.

Os dados utilizados neste Anuário foram extraídos de bases oficiais e de levantamentos realizados diretamente com organizações de catadores, contendo informações sobre estrutura, produção, faturamento, perfil dos trabalhadores, rendimentos, impacto ambiental e abrangência da coleta seletiva municipal. Ao interpretar esses dados, busca-se evidenciar não apenas os indicadores econômicos e ambientais, mas também aspectos humanos, como a predominância de mulheres na atividade, a precarização de condições de trabalho e a luta por reconhecimento profissional. A leitura conjunta das informações demonstra que a reciclagem é um setor que movimenta a economia, reduz emissões de gases de efeito estufa, poupa recursos naturais e gera renda para populações historicamente marginalizadas.

Este Anuário reflete, portanto, não somente números, mas trajetórias de mobilização social. Ele resulta da articulação entre cooperativas, associações, poder público, universidades, organizações da sociedade civil e redes nacionais. Ao longo das próximas seções, o leitor encontrará diagnósticos atualizados, interpretações regionais e dados evolutivos do cenário da reciclagem de base comunitária no Brasil.

Essa edição do Anuário da Reciclagem contou mais uma vez com a colaboração de parceiros fundamentais na obtenção dos dados que lhe dão forma e por isso agradecemos ao Ilog, Recicleiros e Programa SER+. Agradecemos também aos patrocinadores da edição, ao Sebrae e a Organização das Cooperativas do Brasil - OCB.



As organizações de catadoras e catadores no Brasil

7ª Edição
**Anuário da
Reciclagem**

2025

2



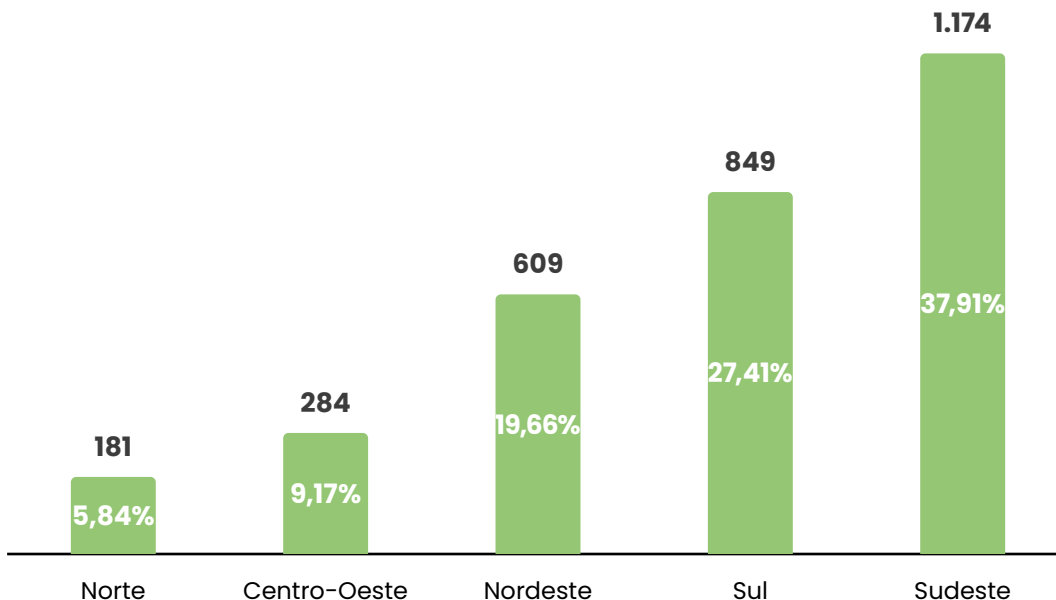
2. As organizações de catadoras e catadores no Brasil

Em 2024, foram identificadas 3.097 organizações de catadoras e catadores, distribuídas por todas as regiões do país, nos 26 estados e no Distrito Federal. Esse número representa 2,23% a mais que os dados coletados em 2023.

O Nordeste concentrou 609 organizações, 19,66% do total, evidenciando uma forte base popular, ainda que operando com infraestrutura limitada. O Centro-Oeste apresentou 284 organizações, 9,17% do total, com destaque para o Distrito Federal, que concentra boa parte das experiências estruturadas da região. Já o Sudeste, com 37,91%, e o Sul, com 27,41%, concentram respectivamente 1.174 e 849 empreendimentos. Com 181 organizações identificadas, a Região Norte representou 5,84% do total.

Essas organizações variam em porte e capacidade produtiva. A receita anual das organizações também varia de forma expressiva, podendo superar milhões de reais no Sudeste e Sul, enquanto no Norte e Nordeste prevalecem receitas menores. Apesar dessas diferenças, todas desempenham papel estratégico ao evitar o descarte inadequado de resíduos e incluir trabalhadores historicamente marginalizados em processos produtivos organizados e seguem garantindo a recuperação de materiais em escala significativa.

Gráfico 1: Quantidade e percentual das organizações, por região.



As catadoras e catadores

7ª Edição
**Anuário da
Reciclagem**

2025

3



3. As catadoras e catadores

As catadoras e os catadores de materiais recicláveis formam um dos maiores contingentes de trabalhadores da economia popular no país. De acordo com os dados da base utilizada neste Anuário, esse grupo reúne 72.408 pessoas, distribuídas entre organizações formais (cooperativas e associações). As catadoras e os catadores, organizados coletivamente em suas associações e cooperativas, vêm atuando de forma contínua para garantir sua inclusão. Ainda assim, os desafios enfrentados permanecem expressivos e proporcionais à importância estratégica desses trabalhadores e trabalhadoras para a gestão de resíduos e a sustentabilidade ambiental.

Esse público é composto majoritariamente por pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, muitas vezes com baixa escolaridade, histórico de exclusão do mercado formal de trabalho e, em diversos casos, com trajetórias marcadas por migração e impactos de desastres ambientais. A reciclagem, portanto, representa mais do que uma geração de renda: constitui uma estratégia de sobrevivência, autonomia e construção de identidade coletiva. As organizações, em especial associações e cooperativas, têm se mostrado fundamentais para garantir direitos básicos, como remuneração mínima, segurança no trabalho e participação em decisões políticas.

Apesar dos avanços, as desigualdades persistem. O trabalho ainda é marcado por jornadas extensas, ausência de equipamentos de proteção individual, dificuldades de comercialização direta e dependência de atravessadores. Entretanto, ao mesmo tempo, os grupos organizados têm demonstrado capacidade de inovação social, adotando processos de prestação de serviços ambientais para municípios e inserção em cadeias da logística reversa. Esse cenário revela que a reciclagem é uma atividade que combina resistência histórica, geração de renda e impacto socioambiental positivo.

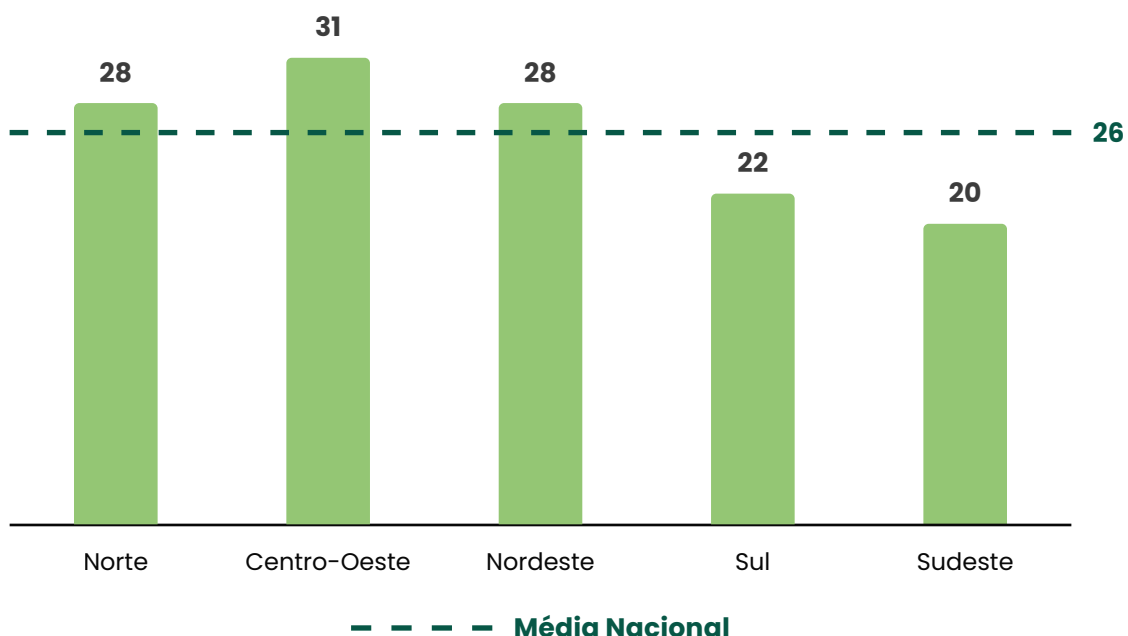
3.1. Onde estão localizadas(os) as catadoras e os catadores

O levantamento de 2024 registrou **72.408 catadoras e catadores vinculados a organizações formais**. A distribuição territorial reflete a dinâmica urbana do país: as regiões metropolitanas e capitais concentram maior número de trabalhadores, dada a maior geração de resíduos e as condições de mercado para a venda dos materiais.

A Região Sudeste apresentou o maior número de trabalhadores, 23.074, seguida pelas regiões Sul, com 18.657 e Nordeste, com 16.949. O Centro-Oeste e Norte apresentam menor representatividade numérica, com 8.671 e 5.057 catadores e catadoras, respectivamente, mas com crescimento expressivo do Norte nos últimos anos.

Quanto a distribuição dos catadores e catadoras nas organizações, essas passaram a apresentar uma média de 26 integrantes para realizar as atividades de coleta, triagem e destinação dos materiais para reciclagem, sendo que o Centro-Oeste apresenta a maior média, com 31 integrantes por organização e o Sudeste a menor média, com 20 integrantes por organização.

Gráfico 2: Média regional e nacional de catadores por organização

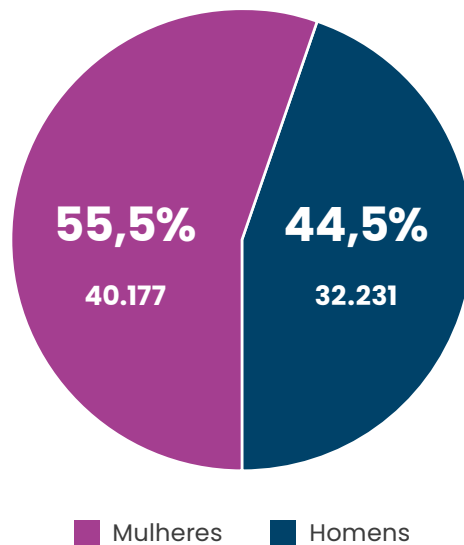




3.2. Proporção de mulheres e homens

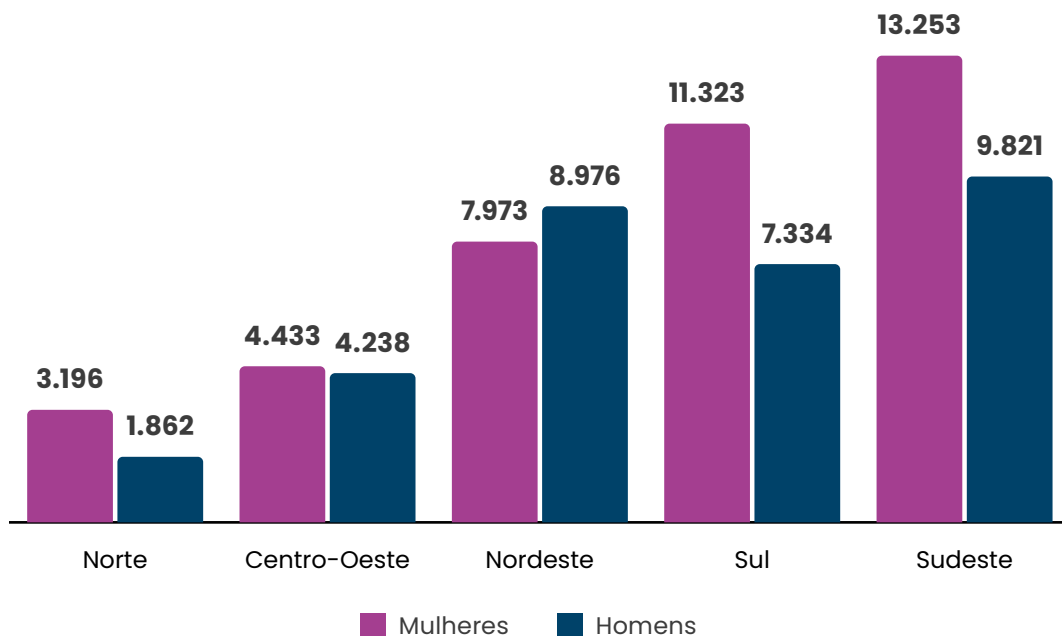
A reciclagem de base popular é uma atividade significativamente marcada pela presença feminina. Os dados do Anuário indicam que **as mulheres correspondem à maioria entre os catadores organizados**, representando 55,5% (40.177) de trabalhadores cadastrados em cooperativas e associações, enquanto os homens representam 44,5% (32.231). Essa predominância se intensifica nas regiões Sul e Sudeste e só não ocorre no Nordeste, onde há uma maioria masculina, com 53%.

Gráfico 3: Quantidade e percentual entre mulheres e homens catadores(as)



Em números absolutos, o Sudeste apresenta a maior quantidade de mulheres em organizações, seguido pelas regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Gráfico 4: Quantidade e percentual entre mulheres e homens por região



A presença feminina, porém, não se traduz automaticamente em igualdade de condições. Apesar de serem maioria, as mulheres ainda ocupam menos funções de liderança formal e recebem, em muitos casos, rendimentos inferiores aos dos homens, especialmente em organizações onde a remuneração está atrelada à produtividade individual.



3.3. Média de rendimentos das catadoras e dos catadores

Os dados de 2024 revelam diferenças regionais na renda média mensal das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis no Brasil. O gráfico mostra que, embora exista uma média nacional de referência, a remuneração varia de maneira significativa entre as regiões.

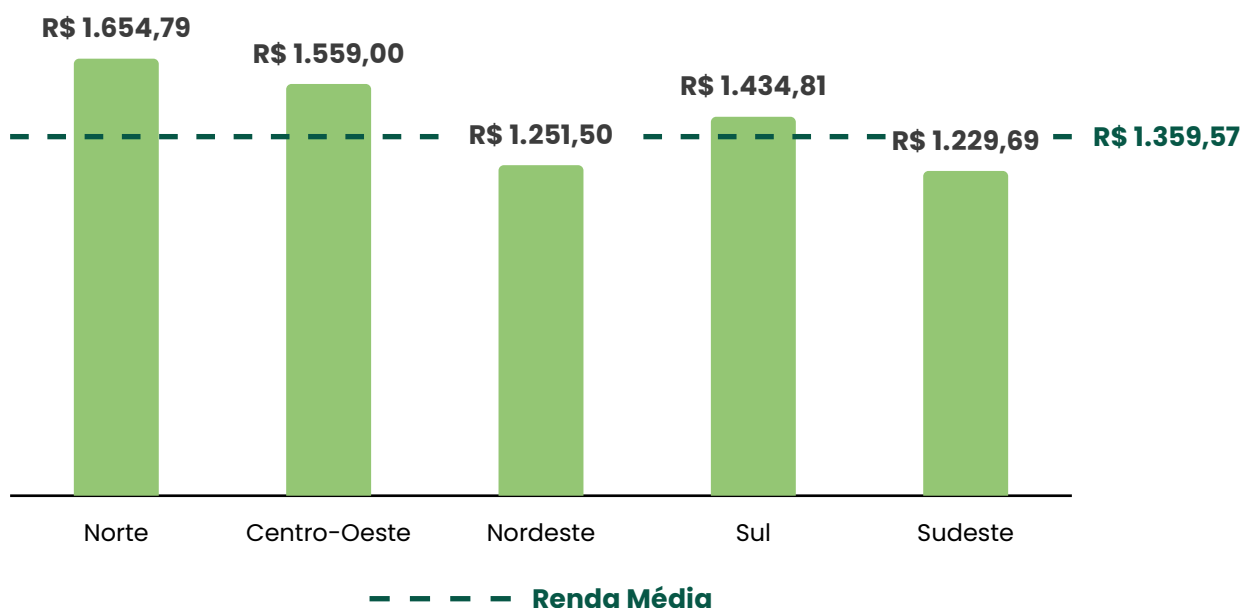
A Região Norte apresenta o maior rendimento médio do país, alcançando R\$ 1.654,79. Na sequência, aparece o Centro-Oeste, com média de R\$ 1.559,00, também acima da média nacional.

Em contraste, o Sudeste registra o menor rendimento do país, com R\$ 1.229,69, um valor ainda distante do potencial econômico da região. No Sul, o rendimento médio chega a R\$ 1.434,81, demonstrando desempenho superior à média nacional. Já o Nordeste apresenta um rendimento de R\$ 1.251,50.

A leitura consolidada do gráfico indica um país que avança, mas ainda enfrenta disparidades expressivas. Embora algumas regiões apontem para rendas mais robustas, outras permanecem em um patamar que não garante segurança econômica às trabalhadoras e aos trabalhadores da reciclagem. Essa diferença regional evidencia a importância de políticas públicas específicas, investimentos em infraestrutura, ampliação da coleta seletiva e fortalecimento da logística reversa — fatores essenciais para elevar a renda média nacional.

Em síntese, a renda das catadoras e dos catadores em 2024 revela os desafios que permanecem para a valorização econômica desses profissionais. Elevar essa média de renda é uma necessidade central para o fortalecimento da cadeia da reciclagem no Brasil.

Gráfico 5: Renda média mensal das catadoras e dos catadores, por região, em R\$, em 2024



Resultados produtivos e econômicos das organizações de catadoras e catadores

7ª Edição
Anuário da
Reciclagem

2025

4



4. Resultados produtivos e econômicos das organizações de catadoras e catadores

Este capítulo reúne evidências que demonstram o papel estratégico das organizações de catadoras e catadores na dinâmica da cadeia da reciclagem no país. Mantendo a metodologia das edições anteriores, o Anuário da Reciclagem 2025 registrou o total de materiais coletados e comercializados, em peso, além do faturamento gerado por essas iniciativas. A partir das informações consolidadas no Banco de Dados do Anuário, o estudo oferece uma visão atualizada do setor produtivo responsável pela destinação dos resíduos sólidos urbanos no Brasil, contribuindo para uma leitura aprofundada de sua realidade, tendências e desafios.

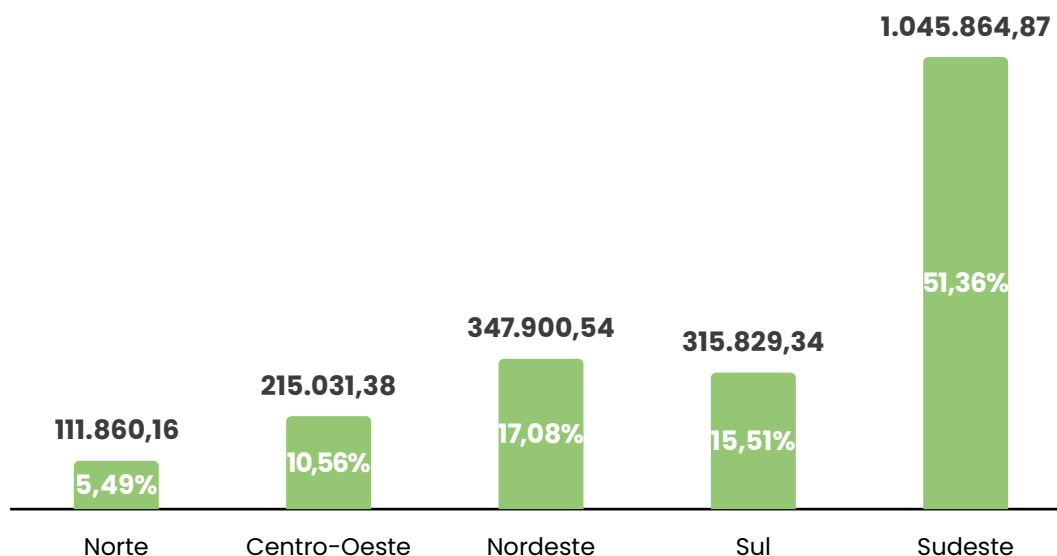
4.1. Quantidades coletadas e destinadas à reciclagem

4.1.1. Totais regionais e nacional

As informações do Banco de Dados do Anuário 2025 apontam uma quantidade total nacional de materiais coletados e destinados para reciclagem de 2,03 milhões de toneladas. O Sudeste manteve ampla liderança, respondendo por 1.045.864,87 toneladas, o que representa 51,36% de todo o volume nacional encaminhado à reciclagem.

Na sequência, o Nordeste aparece como a segunda região que mais destinou materiais à reciclagem, com 347.900,54 toneladas (17,08% do total). O Sul, com 315.829,34 toneladas (15,51%), mesmo com o impacto das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, manteve um desempenho consistente. As regiões Centro-Oeste e Norte apresentam os menores volumes destinados à reciclagem, com 215.031,38 toneladas (10,56%) e 111.860,16 toneladas (5,49%), respectivamente.

Gráfico 6: Quantidades destinadas à reciclagem, por região (em mil toneladas)





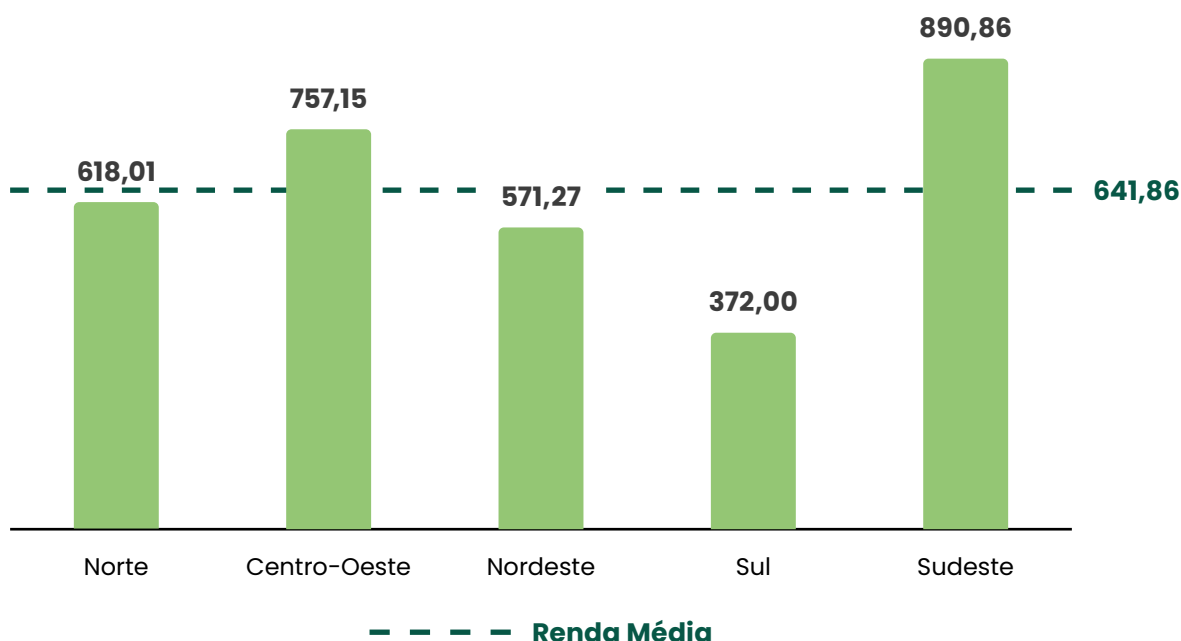
O gráfico abaixo mostra a média nacional registrada que foi de 641,85 toneladas por organização ao ano. Nesta edição, as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram quantidade média por organização maior que a média nacional. As demais regiões ficaram abaixo da média.

O Sudeste registra 890,86 toneladas por organização, acima da média nacional, assim como o Centro-Oeste, com 757,15 toneladas, que também apresenta resultado acima da média

A Região Norte se destaca por obter a terceira maior média nacional, com 618,01 toneladas por organização, desempenho superior ao observado em outras regiões do país.

Por outro lado, as regiões Nordeste e Sul apresentam os menores desempenhos médios, com 517,27 toneladas e 372,00 toneladas por organização, respectivamente. No caso da região Sul, a média mais baixa pode estar relacionada aos efeitos da tragédia climática que devastou a região metropolitana de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, onde se concentram importantes organizações de catadoras e catadores.

Gráfico 7: Quantidade média destinada à reciclagem por organização em cada região, em toneladas por ano.



A tabela de quantidades médias estimadas de resíduos destinados à reciclagem, por UF/ano, apresenta um panorama heterogêneo.

O estado de Goiás, no Centro-Oeste, apresenta 1.429,83 t de resíduos destinados à reciclagem pelas organizações de catadores, seguido de São Paulo com 1.209,99 t e Pernambuco com 989,55 t.

Em contraste, o Acre registra média de 41,55 toneladas/ano destinadas à reciclagem pelas organizações de catadores. Já os estados do Espírito Santo (147,13 t) e Mato Grosso do Sul (297,126 t), embora com valores superiores, também ocupam posições mais abaixo no ranking dos estados.



Tabela 2: Quantidades estimadas de resíduos destinados à reciclagem, por UF.

UF	Quantidades estimadas de resíduos destinados à reciclagem
GO	1.429,83
SP	1.209,99
PE	989,55
RJ	915,26
MA	868,17
RO	753,63
PA	685,34
AM	650,02
RN	623,36
BA	593,88
RS	557,52
MG	527,56
CE	481,15
MT	478,48
SC	420,73
SE	386,55
PB	367,12
AL	365,92
AP	353,35
PI	339,94
TO	336,16
MS	297,12
PR	255,90
DF	212,38
ES	147,13
RR	109,14
AC	41,55





4.1.2. Quantidade coletada e destinada à reciclagem, por tipo de material

O gráfico 8 revela a distribuição das quantidades destinadas à reciclagem segundo o tipo de material, evidenciando quais fluxos representam maior peso na atuação das organizações de catadoras e catadores no país. Os resultados mostram forte predominância de dois materiais: plástico e papel.

O plástico aparece como o principal material encaminhado à reciclagem, com 855,37 mil toneladas, correspondendo a 42% do total. Esse volume expressivo reflete tanto o grande consumo e descarte desse tipo de resíduo quanto o esforço crescente das organizações para atender à demanda da indústria recicladora, que tem ampliado seu interesse pelo material nos últimos anos.

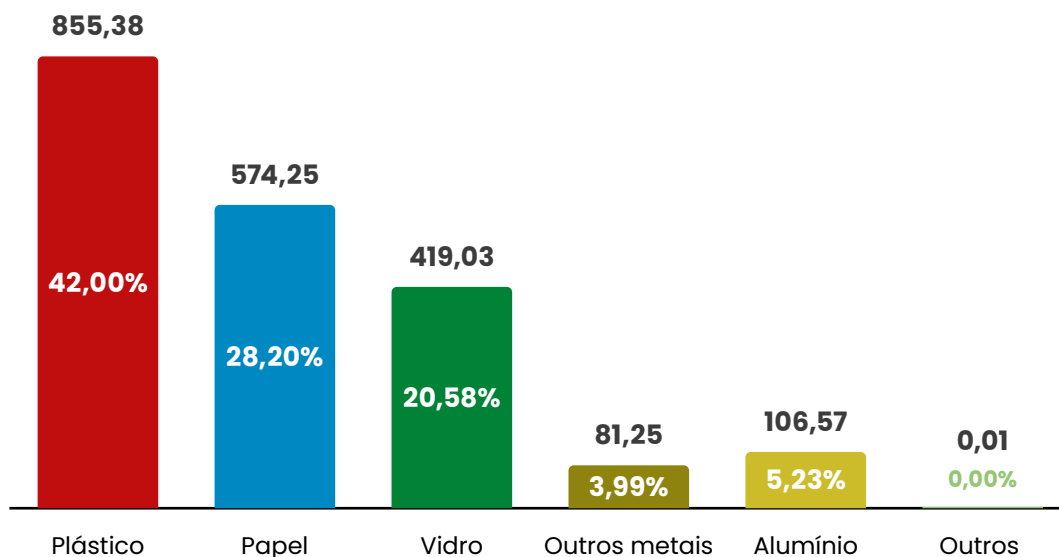
Em seguida, o papel registra 574,25 mil toneladas (28,20%). O vidro ocupa a terceira posição, com 419,02 mil toneladas (20,58%). Embora apresente alto potencial de reaproveitamento, sua logística de transporte e armazenamento, devido ao peso e ao risco de quebra, ainda representa desafios para muitas organizações, o que ajuda a explicar seu menor volume em comparação ao papel e ao plástico.

Em patamares bem mais baixos estão os fluxos de outros metais (81,25 mil toneladas; 3,99%) e alumínio (106,57 mil toneladas; 5,23%). Apesar de o alumínio possuir alto valor agregado e elevado índice de reciclagem no país, a quantidade destinada pelas organizações é relativamente pequena, indicando que grande parte desse material pode estar sendo capturada diretamente por compradores informais ou pelo mercado sucateiro antes de chegar às cooperativas.

Por fim, a categoria “Outros” apresentou volume inferior, representando menos de 0,1% do total, conforme expresso no gráfico abaixo.

Em conjunto, os dados evidenciam uma forte concentração em dois fluxos principais — plástico e papel — que juntos representam mais de 60% do total destinado à reciclagem. Essa concentração aponta tanto para os padrões de consumo e descarte da população quanto para a estrutura operacional das organizações, que se encontram mais adaptadas a materiais com maior escala. Ao mesmo tempo, reforça a necessidade de políticas que ampliem o aproveitamento de materiais de menor participação e incentivem a diversificação das cadeias de reciclagem.

Gráfico 8: Quantidades destinadas à reciclagem, por tipo de material (em mil toneladas)





O gráfico 9 que ilustra a porcentagem de materiais destinados à reciclagem, por região e tipo, evidencia como a composição dos materiais destinados à reciclagem varia entre as regiões brasileiras.

O plástico é o material de maior peso relativo em praticamente todas as regiões. Destaca-se especialmente no Sudeste, onde corresponde a 48% do total reciclado — o maior índice entre todas as combinações analisadas. Centro-Oeste (31%), Sul (36%), Norte (37%) e Nordeste (37%) também apresentam participação elevada, indicando que o plástico domina a cadeia de reciclagem em escala nacional.

O papel tem participação expressiva nas regiões Sul (41%) e Sudeste (24%). Na Região Norte, o papel representa 36%, no Nordeste 40% e Centro-Oeste apenas 6%, pois nessa região há uma predominância maior de plástico, alumínio, outros metais e vidro.

O vidro apresenta comportamento inverso ao do papel: sua presença é mais forte nas regiões Centro-Oeste (46%) e Sudeste (20%), enquanto no Sul responde por 16%, e no Norte e Nordeste 15% e 13%.

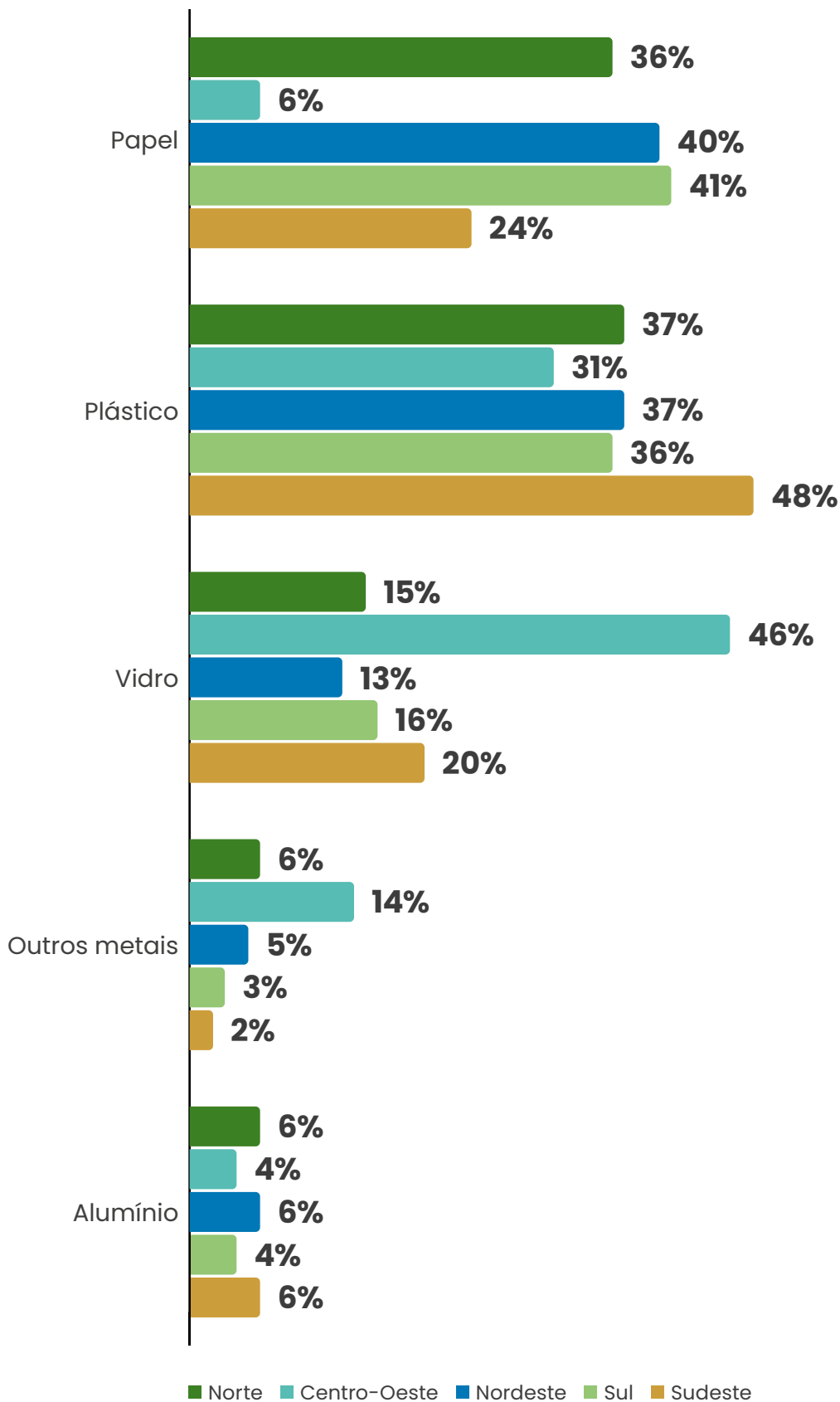
Os outros metais surgem com maior relevância no Centro-Oeste com 14% mas têm peso reduzido nas demais regiões — 6% no Norte, 5% no Nordeste, 3% no Sul e 2% no Sudeste.

O alumínio, apesar de seu alto valor econômico, representa percentuais relativamente baixos em todas as regiões: 6% no Norte, Nordeste e Sudeste, e 4% no Centro-Oeste e Sul. Isso indica que grande parte do alumínio é desviada da cadeia formal das organizações e capturada por redes paralelas de coleta, que disputam esse material devido ao seu alto valor de comercialização.





Gráfico 9: Porcentagem de materiais destinados à reciclagem, por região e tipo.





A tabela a seguir apresenta a distribuição das quantidades de resíduos destinados à reciclagem por Unidade da Federação, discriminadas por tipo de material. Os dados evidenciam diferenças entre os estados, tanto no volume total processado quanto na composição dos materiais.

De modo geral, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná concentram os maiores volumes absolutos de resíduos recicláveis, sobretudo de plástico, papel e vidro.

Nos estados da Região Norte, como Amapá e Amazonas, observa-se predominância do plástico. Em alguns casos, como Amapá e Acre, há registro de baixas quantidades ou ausência de determinados materiais, o que pode indicar limitações estruturais, como baixa oferta de compradores, dificuldades logísticas ou baixa integração dos sistemas formais de coleta.

O Nordeste apresenta grande heterogeneidade interna: estados como Bahia, Pernambuco e Ceará mostram volumes elevados, especialmente de plástico e papel, enquanto outros, como Sergipe e Piauí, registram quantidades mais modestas. Na Região Sul, os estados exibem maior equilíbrio entre os materiais coletados, com destaque para o papel e o vidro. Já os outros metais mantêm participação reduzida na maioria das UFs, e o alumínio, apesar de seu alto valor, aparece em volumes relativamente baixos – o que pode indicar que grande parte desse material é capturada por circuitos informais de comercialização.

Tabela 3: Quantidades de resíduos destinados à reciclagem, por tipo de material e por UF (em toneladas).

UF	Papéis	Plásticos	Alumínio	Outros Metais	Vidros
DF	5.314,83	4.113,76	20,63	940,72	1.715,65
MS	13,38	11.554,93	536,72	400,15	4.430,84
MT	6.673,96	9.533,86	1.777,02	0,00	10.724,15
GO	43,23	41.739,65	5.246,87	27.973,60	82.277,44
MA	6.242,41	12.696,84	2.332,01	0,00	5.642,00
RN	6.102,74	14.995,35	2.598,58	0,00	4.354,43
CE	16.551,87	20.911,96	2.458,93	5.515,02	19.036,58
PB	9.127,50	2.892,67	4.131,57	1.231,76	2.074,04
BA	42.926,05	25.053,06	3.831,58	4.836,08	8.277,37
PE	26.985,46	42.482,45	3.167,37	4.201,82	1.337,47
SE	16.706,72	3.447,93	206,98	97,50	1.187,48
AL	8.692,77	2.209,30	98,44	2.388,13	2.711,78
PI	4.445,76	2.780,00	384,00	0,00	548,80
RS	50.710,00	47.992,90	7.469,65	4.020,64	24.167,94
PR	53.886,71	38.180,90	3.411,52	1.956,34	17.977,59
SC	25.755,31	27.222,30	2.401,01	1.959,46	8.717,09
PA	19.895,64	18.895,85	3.266,20	1.117,86	15.078,01
AM	6.038,00	13.019,72	3.043,00	0,00	0,00
RO	11.062,12	6.918,47	0,00	5.492,36	1.396,89
AC	241,20	5,61	0,00	2,47	0,00
TO	2.810,66	2.567,92	0,00	0,00	0,00
RR	510,66	72,09	12,02	48,06	0,00
AP	0,00	326,00	27,35	0,00	0,00
MG	79.057,01	36.309,99	13.448,68	4.127,35	35.349,79
SP	128.366,25	353.537,77	38.583,14	13.147,19	156.059,74
RJ	37.857,40	113.070,22	7.445,76	1.646,76	13.880,12
ES	8.231,54	2.845,14	670,47	149,63	2.080,93



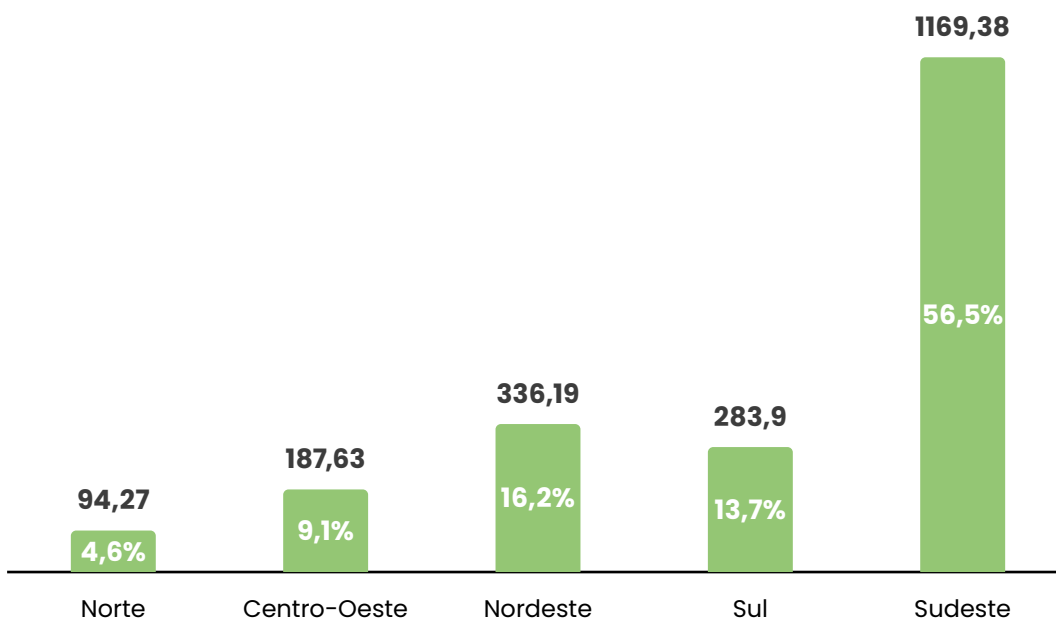
4.2. Faturamento das organizações

4.2.1. Totais regionais e nacional

Em 2024, as 3.097 organizações de catadoras e catadores mapeadas pelo Anuário da Reciclagem obtiveram um faturamento de R\$ 2,07 bilhões com a comercialização de resíduos para reciclagem, resultando em uma média de R\$ 668 mil de faturamento anual por organização. O Sudeste domina amplamente o faturamento nacional, alcançando R\$1.169,38 bilhão, o que corresponde a 56,5% de todo o valor movimentado.

O Nordeste aparece como a segunda região em faturamento, com R\$ 336,19 milhões (16,2%), seguido pelo Sul, com R\$ 283,90 milhões (13,7%). Ambos apresentam participação expressiva, embora muito inferior à do Sudeste. As regiões Centro-Oeste e Norte registram os menores faturamentos: R\$ 187,63 milhões (9,1%) e R\$ 94,27 milhões (4,6%), respectivamente.

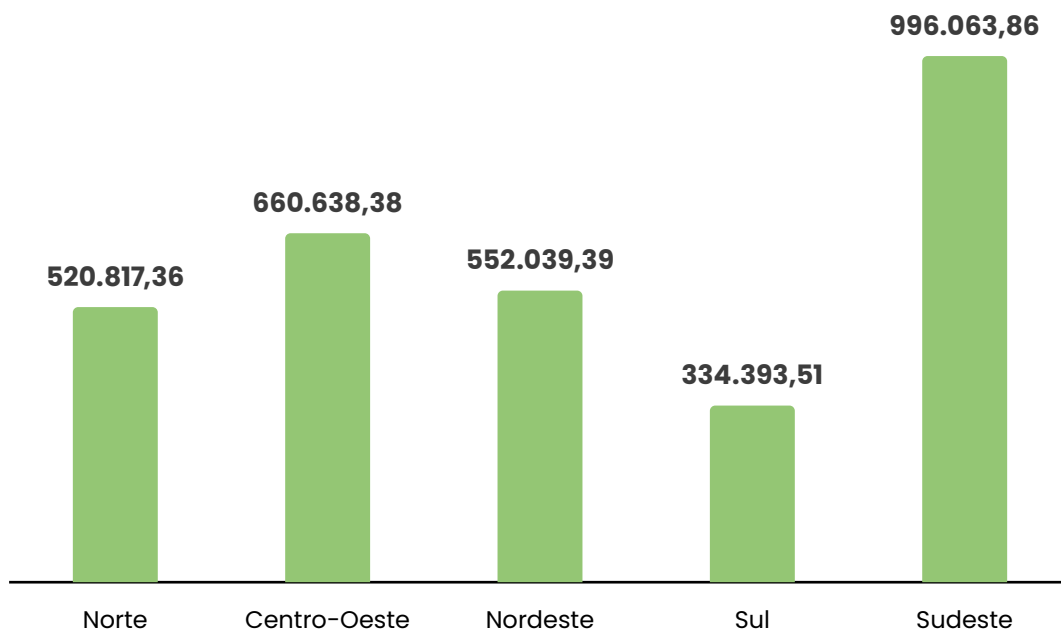
Gráfico 10: Faturamento das organizações, por região (em milhões de reais)



Quanto às médias regionais de faturamento anual por organização, o Sudeste apresenta o maior faturamento médio, chegando a R\$ 996.063,86 por ano, acima da média nacional (R\$ 668.832,12). Em seguida, destaca-se a Região Centro-Oeste, com faturamento médio de R\$ 660.683,38. O Nordeste teve uma média de R\$ 552.039,39 e as regiões Norte e Sul apresentam os menores faturamentos médios por organização, respectivamente R\$ 520.817,36 e R\$ 334.393,51.



Gráfico 11: Faturamento médio das organizações por região, em milhares de R\$ por ano.



Quanto a análise do faturamento das organizações por Unidade da Federação, São Paulo lidera de forma expressiva o faturamento nacional, ultrapassando R\$ 780 milhões, valor superior aos demais estados e coerente com sua densidade populacional, maior geração de resíduos e ampla presença de indústrias recicladoras. Em seguida, destacam-se Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, todos com faturamento acima de R\$ 100 milhões.

Por outro lado, diversos estados apresentam faturamentos bastante reduzidos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, como Roraima, Acre e Amapá, com valores inferiores a R\$ 1 milhão.

Tabela 4: Quantidades estimadas de resíduos destinados à reciclagem, por UF.

UF	Faturamento
SP	R\$ 784.473.986,80
RJ	R\$ 215.583.777,06
MG	R\$ 158.301.544,13
GO	R\$ 137.489.599,16
RS	R\$ 128.419.420,17
PR	R\$ 93.926.002,75
PE	R\$ 85.631.179,42
BA	R\$ 72.535.549,65
SC	R\$ 61.554.666,90
CE	R\$ 55.605.329,66
PA	R\$ 45.287.100,37
RN	R\$ 35.496.374,96
MA	R\$ 31.551.767,95
AM	R\$ 28.925.329,41
PB	R\$ 27.322.354,27
MT	R\$ 24.048.388,48
MS	R\$ 17.604.543,47
RO	R\$ 15.521.189,15
SE	R\$ 11.592.536,09
ES	R\$ 11.019.667,22
AL	R\$ 9.295.690,52
DF	R\$ 8.491.548,22
PI	R\$ 7.161.204,80
TO	R\$ 3.633.543,40
AP	R\$ 450.945,25
RR	R\$ 353.072,91
AC	R\$ 96.760,81





4.2.2. Segmentação do faturamento por tipo de material

O gráfico 12 destaca a distribuição do faturamento anual das organizações de catadoras e catadores conforme o tipo de material comercializado, revelando forte concentração econômica em torno de determinados resíduos.

O plástico é, de forma destacada, o principal gerador de receita, movimentando R\$ 1.165,78 bilhão por ano. Em segundo lugar aparece o Alumínio, com R\$ 507,79 milhões. Os demais materiais apresentam receitas bem mais modestas, o papel gera R\$ 211,50 milhões, outros metais respondem por R\$ 91,20 milhões, o vidro registra R\$ 95,09 milhões e a categoria “Outros” não apresenta faturamento significativo.

De maneira geral, os dados demonstram que a estrutura de faturamento das organizações é altamente concentrada em dois materiais: plástico e papel, que juntos representam quase 70% da receita total.

Gráfico 12: Faturamento por tipo de material (em milhões de R\$/ano)

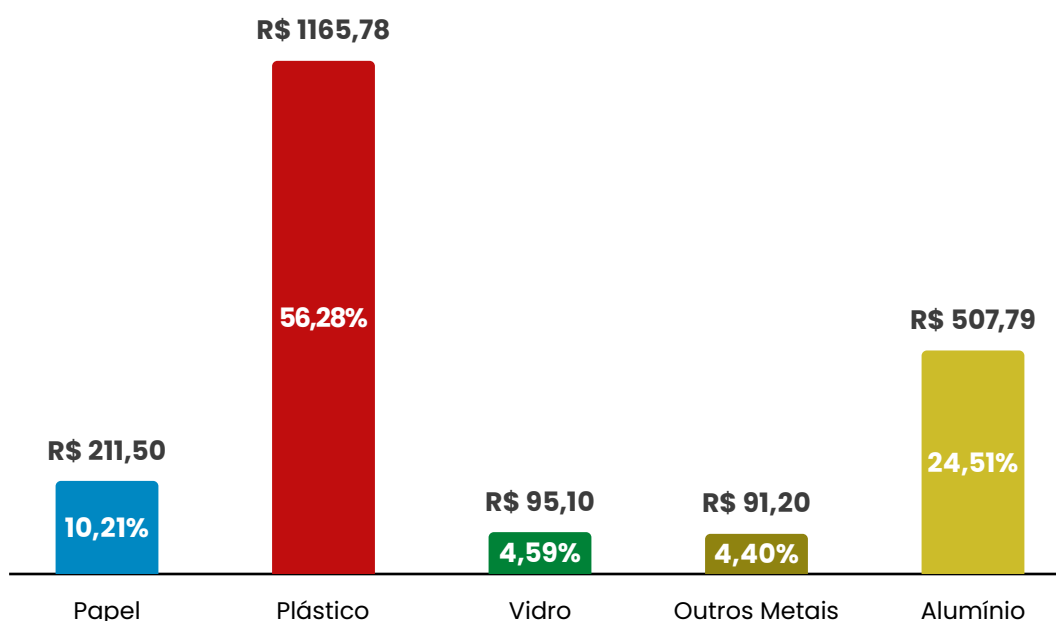
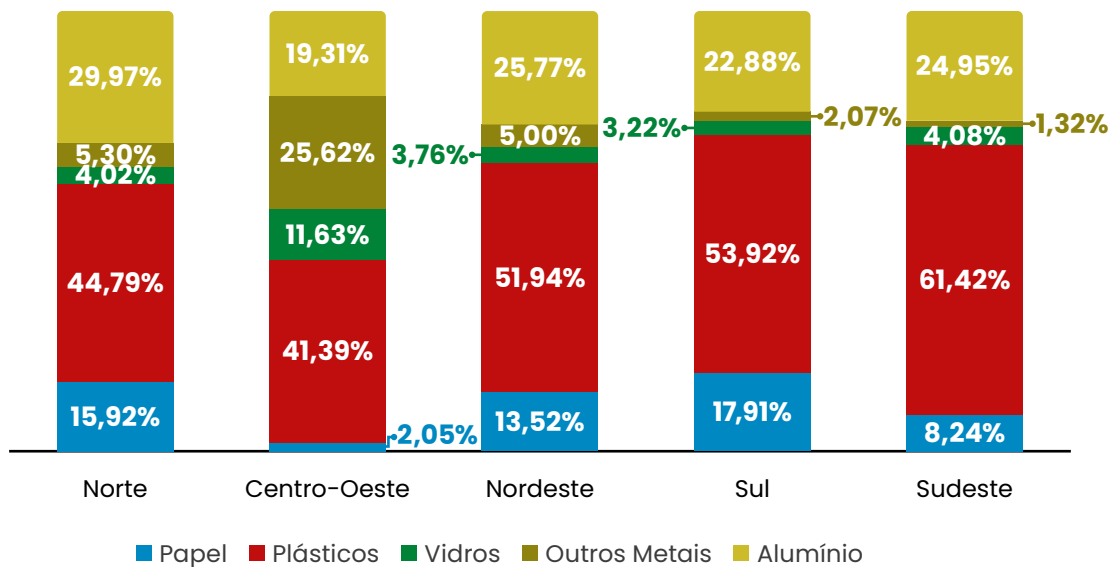


Tabela 5: Faturamento regional, por tipo de material (em milhões de reais)

UF	Papel	Plástico	Alumínio	Outros metais	Vidro
Centro-Oeste	R\$ 3,85	R\$ 77,65	R\$ 36,24	R\$ 48,08	R\$ 21,81
Nordeste	R\$ 45,47	R\$ 174,63	R\$ 86,63	R\$ 16,81	R\$ 12,65
Sul	R\$ 50,84	R\$ 153,08	R\$ 64,95	R\$ 5,87	R\$ 9,16
Norte	R\$ 15,01	R\$ 42,22	R\$ 28,25	R\$ 5,00	R\$ 3,79
Sudeste	R\$ 96,33	R\$ 718,18	R\$ 291,72	R\$ 15,45	R\$ 47,70



Gráfico 13: Participação percentual de cada tipo de material no faturamento das regiões.





4.3. Preço médio de comercialização dos materiais

O gráfico 14 apresenta a média dos preços praticados pelas organizações de catadoras e catadores para cada tipo de material, comparando valores nacionais e regionais. Os dados confirmam que os preços variam significativamente entre materiais e também entre regiões.

1. Papéis

Os preços do papel apresentam uma variação regional, oscilando entre R\$ 0,19 e R\$ 0,74/kg, tendo como média nacional R\$ 0,59/kg.

2. Plásticos

Os plásticos exibem preços mais elevados e maior amplitude regional. A média nacional (R\$ 2,06/kg) esconde diferenças importantes: enquanto Norte e Centro-Oeste registram valores entre R\$ 0,35 e R\$ 1,05, o Nordeste, Sul e Sudeste alcançam patamares superiores a R\$ 2,00.

3. Vidros

O vidro apresenta os menores preços entre os materiais, variando entre R\$ 0,12 e R\$ 0,23/kg, com média nacional de R\$ 0,21/kg.

4. Outros Metais

Os preços de outros metais variam de maneira mais acentuada. A média nacional fica em R\$ 1,64/kg, o Sudeste se destaca com um valor acima das demais regiões (R\$ 1,90/kg). Já as regiões Norte e Sul apresentam valores entre R\$ 0,48 e R\$ 1,67.

5. Alumínio

O alumínio é o material de maior valor agregado, com média nacional de R\$ 2,59/kg. Todos os valores regionais giram em torno desse patamar, variando entre R\$ 1,86 e R\$ 3,59/kg.





Gráfico 14: Média dos preços dos materiais, por tipo de material, em R\$/quilo

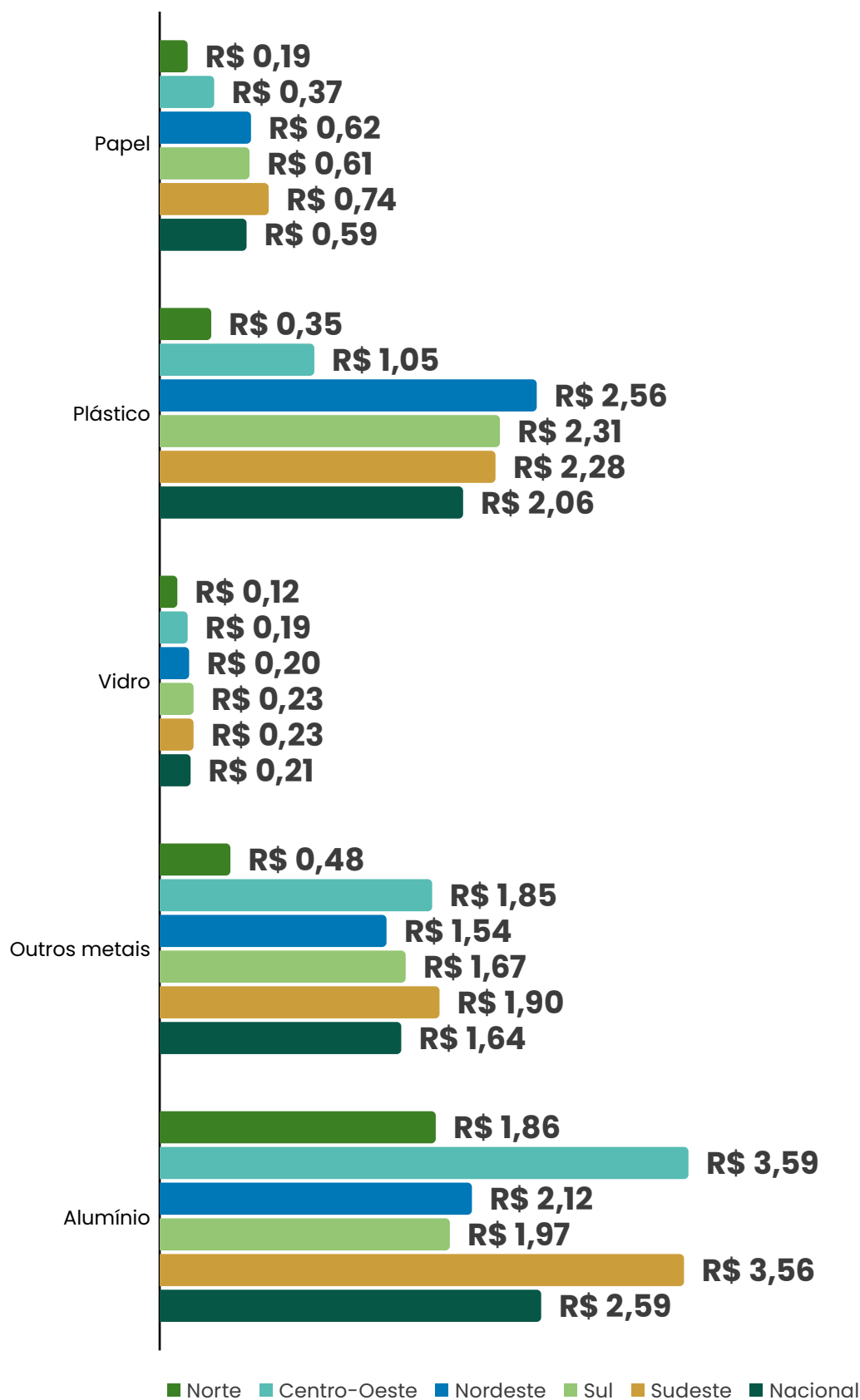


Tabela 6. Média nacional dos preços dos materiais, por tipo de material, em R\$/quilo

Material	Papéis	Plásticos	Vidros	Outros Metais	Alumínio
Nacional	0,59	2,06	0,21	1,64	2,59

Impactos ambientais da atuação das organizações de catadoras e catadores

7ª Edição
**Anuário da
Reciclagem**

2025

5



5. Impactos ambientais da atuação das organizações de catadoras e catadores

Nos últimos anos, temos testemunhado o crescimento acelerado de desastres ambientais em todo o mundo — e o Brasil não é exceção. Na edição de 2025 do Anuário, nos referimos às enchentes de grande magnitude no Rio Grande do Sul e a seca histórica na Amazônia em 2024 como exemplos dramáticos deste quadro. Em 2025 novos eventos climáticos extremos atestaram a continuidade do problema, ilustrando com clareza os impactos cada vez mais intensos da crise climática.

Esses fenômenos resultam diretamente da ação humana, especialmente das emissões de gases de efeito estufa que se acumulam na atmosfera. Reduzir essas emissões é uma necessidade urgente, e a gestão adequada dos resíduos sólidos — evitando sua disposição em lixões e minimizando o envio a aterros sanitários — desempenha papel essencial nesse esforço global.

Neste contexto, o Anuário da Reciclagem 2025 apresenta os dados atualizados sobre o potencial de redução de emissões de CO₂ proporcionado pelo trabalho das organizações de catadoras e catadores em todo o país, evidenciando sua contribuição concreta para a mitigação da crise climática.

5.1. Redução das emissões de CO₂ e decorrentes da quantidade de resíduos recuperados

A análise do potencial de redução de emissões de CO₂ por tipo de material apresenta o potencial de redução de emissões de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e) resultante da reciclagem de diferentes materiais, evidenciando o impacto ambiental positivo gerado pelo trabalho das organizações de catadoras e catadores.

Conforme o banco de dados do Anuário da Reciclagem 2025, **a quantidade de 2,03 milhões de toneladas recolhidas pelas organizações de catadoras e catadores, reduziram em 1,83 milhões de toneladas a emissão de CO₂ e para a atmosfera.**

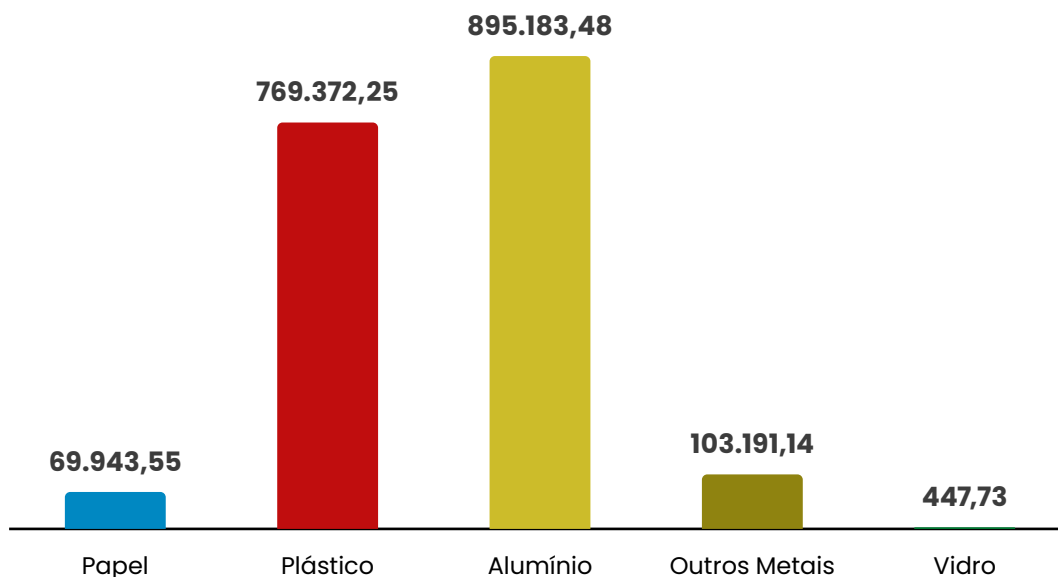
O alumínio destaca-se como o material com maior potencial de redução de emissões, alcançando 895.183,48 tCO₂e. Em segundo lugar aparece o plástico, com 769.372,25 tCO₂e. Os outros metais apresentam um potencial de redução intermediário, com 103.191,14 tCO₂e.

O papel contribui com 69.943,55 tCO₂e e por fim, o vidro registra a menor redução estimada, com 447,73 tCO₂e. Os números evidenciam a importância ambiental estratégica da reciclagem e que a atuação das organizações contribui de maneira substancial para a redução das emissões nacionais, reforçando seu papel central na Política Nacional de Resíduos Sólidos e nas agendas climáticas.





Gráfico 15: Potencial redução de emissão de CO₂e, em toneladas



A tabela 7 apresenta a distribuição dos materiais coletados pelas organizações de catadoras e catadores em 2024, bem como o potencial de redução de emissões de CO₂ associada à reciclagem desses resíduos.

Os plásticos constituem o maior grupo de materiais coletados, representando 42,0% do total, com 855.376,62 toneladas. Eles também respondem por 41,9% das emissões evitadas (769.372,25 tCO₂). Dentro desse grupo, os maiores volumes vêm do PET (16,5%), PEBD (12,4%) e PP (9,9%).

Os metais, embora representem apenas 9,2% da quantidade coletada (187.822,33 toneladas) têm o maior impacto climático proporcional, sendo responsáveis por 54,3% das emissões evitadas (998.374,63 tCO₂). O destaque é o alumínio, que sozinho contribui com 895.183,48 tCO₂. Já o aço/ferro responde por 103.191,14 tCO₂ evitados.

O papel/papelão representa 28,2% da massa coletada (574.249,18t), mas gera 3,8% da redução de emissões (69.943,55 tCO₂). Já o vidro, apesar de compor 20,6% da coleta (419.026,14t) tem impacto de mitigação climática, com 447,73 tCO₂ evitados.

Tabela 7: Potencial de redução de emissões de CO₂e, por tipo de material, em toneladas.

Tipo de material	Quantidade coletada	%	Emissões-base (tCO ₂)	%
Plásticos	855.376,62	42,0%	769.372,25	41,9%
PEAD	55.941,63	2,7%	51.973,73	2,8%
PEBD	251.566,26	12,4%	241.124,19	13,1%
PET	335.393,17	16,5%	314.893,19	17,1%
PP	201.270,12	9,9%	144.031,72	7,8%
PVC	11.205,43	0,6%	17.349,42	0,9%
Metais	187.822,33	9,2%	998.374,63	54,3%
Alumínio	106.569,46	5,2%	895.183,48	48,7%
Aço/Ferro	81.252,87	4,0%	103.191,14	5,6%
Papel/Papelão	574.249,18	28,2%	69.943,55	3,8%
Vídeos	419.026,14	20,6%	447,73	0,0%
Total	2.036.474,27		1.838.138,15	



5.2. Economia de Recursos Naturais

A análise da quantidade de matéria-prima virgem economizada por tipo de material evidencia a economia de recursos naturais proporcionada pela reciclagem dos diferentes materiais coletados e processados pelas organizações de catadoras e catadores. Os dados demonstram, de forma expressiva, o quanto a atividade contribui para a preservação ambiental e para a redução da extração de matérias-primas virgens.

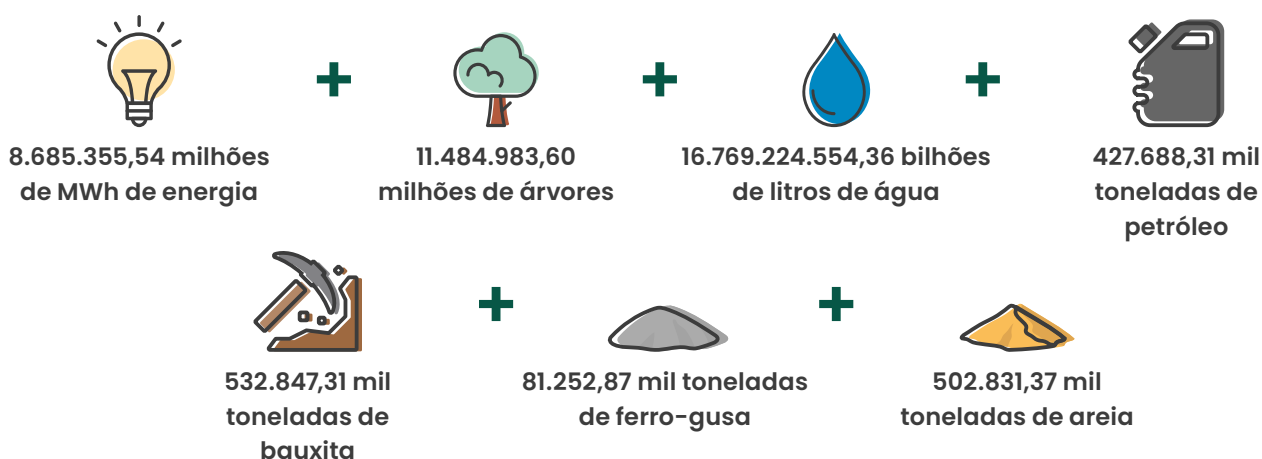
A maior economia registrada refere-se ao papel, cuja reciclagem poupou mais de 11,48 milhões de árvores, além de evitar o consumo de 16,7 bilhões de litros de água – recursos intensamente utilizados na produção de celulose. A reciclagem de papel também gerou economia significativa de energia (2.015.614,62 MWh).

No caso dos plásticos, a economia de energia se destaca, com mais de 4,5 milhões de MWh poupados. Além disso, a reciclagem evitou o uso de 427,6 mil toneladas de petróleo.

Para os metais, os benefícios concentram-se na preservação de recursos minerais. A reciclagem de alumínio evitou a extração de 532.847,31 toneladas de bauxita, enquanto a reciclagem de outros metais poupou 81.252,87 toneladas de ferro-gusa, insumos essenciais da cadeia siderúrgica.

Já o vidro apresenta economia mais modesta, mas significativa, principalmente na extração de areia, com 502.831,37 toneladas poupadas.

Tabela 8: Quantidade de matéria-prima virgem economizada, por tipo de material



Material	Papel	Plástico	Alumínio	Outros Metais	Vídeos	Total
Árvore (Unid)	11.484.983,60	–	–	–	–	11.484.983,60
Água (Lt)	16.769.224.554,36	–	–	–	–	16.769.224.554,36
Energia (MW/h)	2.015.614,62	4.533.496,10	1.801.023,91	–	335.220,91	8.685.355,54
Petróleo (ton)	–	427.688,31	–	–	–	427.688,31
Bauxita (ton)	–	–	532.847,31	–	–	532.847,31
Ferro-gusa (ton)	–	–	–	81.252,87	–	81.252,87
Areia (ton)	–	–	–	–	502.831,37	502.831,37

Análise evolutiva da atuação das organizações de catadoras e catadores entre 2019 e 2024

7ª Edição
**Anuário da
Reciclagem**

2025

6



6. Análise evolutiva da atuação das organizações de catadoras e catadores entre 2019 e 2024

Nesta edição, o Anuário da Reciclagem dá continuidade ao comparativo dos dados em relação às edições anteriores. Esse procedimento confere maior relevância ao conjunto da pesquisa, uma vez que permite compreender o desenvolvimento da cadeia produtiva da reciclagem de forma mais consistente.

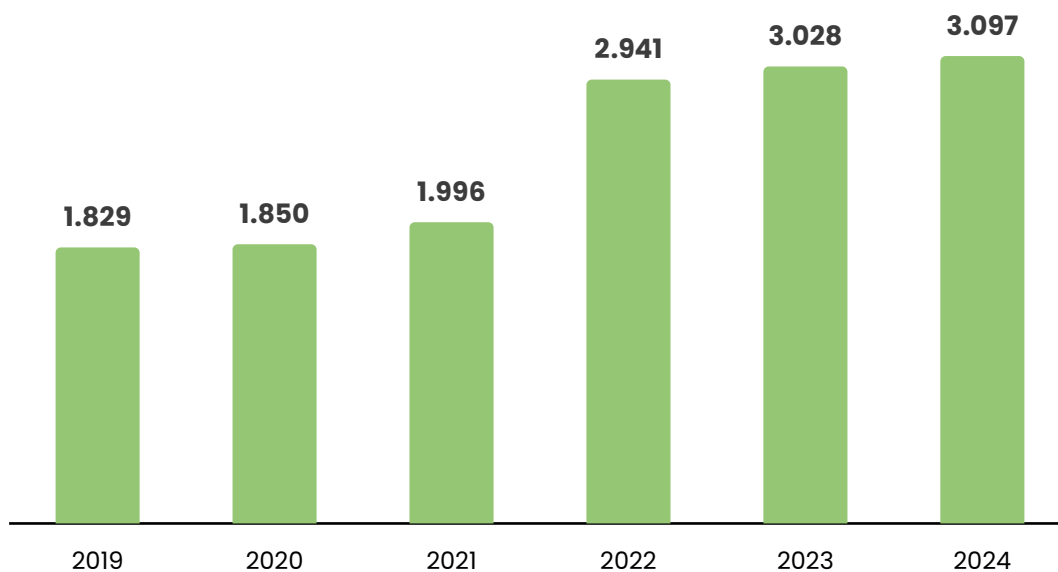
6.1. Evolução do número de organizações de catadoras e catadores

O gráfico abaixo mostra uma evolução consistente no número de organizações de catadoras e catadores identificadas no país ao longo do período de 2019 a 2024, evidenciando um crescimento significativo da estrutura organizativa do setor. O número de organizações cresceu 69% no período.

Entre 2019 e 2021, observa-se um crescimento gradual: o número de organizações passa de 1.829 para 1.996, mesmo diante do contexto da pandemia de Covid-19. Esse aumento, embora moderado, indica resiliência e capacidade de adaptação das organizações frente às dificuldades operacionais do período.

O salto mais expressivo ocorre em 2022, quando o total de organizações identificadas chega a 2.941, representando um aumento de quase 1.000 novas unidades em relação ao ano anterior. Em 2023 e 2024, o crescimento se mantém, ainda que em ritmo menos acelerado, atingindo 3.028 e 3.097 organizações, respectivamente.

Gráfico 16: Número total de organizações identificadas entre 2019 e 2024



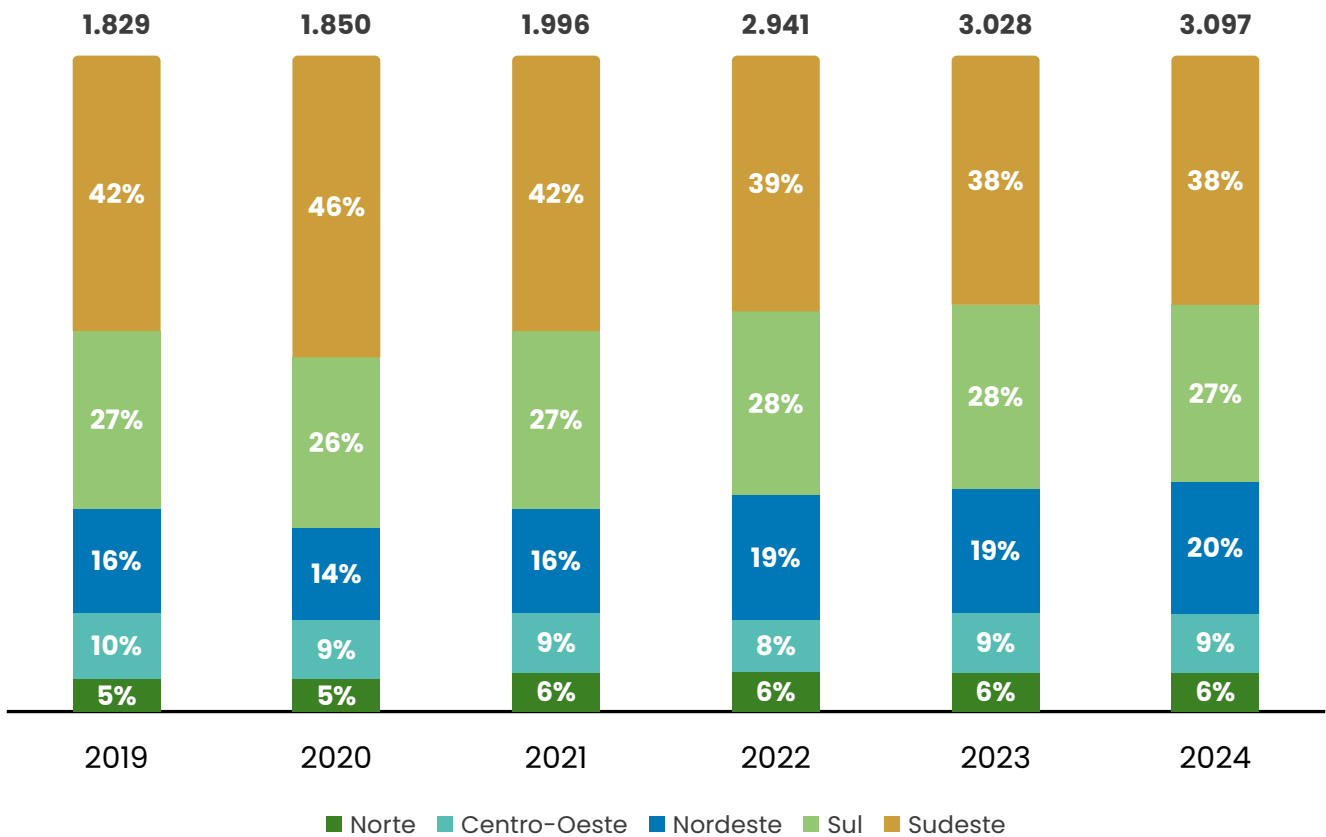


A análise da distribuição regional das organizações de catadoras e catadores (2019–2024) demonstra o crescimento do número total de organizações de catadoras e catadores no Brasil entre 2019 e 2024, e também a estabilidade relativa na distribuição regional dessas organizações ao longo do período.

A Região Sudeste mantém, de forma consistente, a maior representatividade, variando de 42% em 2019 para 38% em 2023 e 2024.

O Sul aparece como a segunda região mais representativa, com participação estável entre 26% e 28% ao longo dos seis anos. O Nordeste mostra ligeiro crescimento em sua participação, passando de 16% em 2019 para 20% em 2024, enquanto a Região Norte mantém participação modesta, porém crescente, variando de 5% em 2019 para 6% em 2021 a 2024. Já o Centro-Oeste, por sua vez, oscila entre 8% e 10%, mantendo relativa estabilidade.

Gráfico 17: Número de organizações identificadas e representatividade por região, em nº entre 2019 e 2024





A tabela abaixo, mostra a evolução do número de organizações de catadoras e catadores identificadas em cada Unidade da Federação entre 2019 e 2024, bem como a variação acumulada no período. Os dados evidenciam uma expansão expressiva em grande parte dos estados, ainda que de forma desigual.

Os maiores crescimentos percentuais ocorrem em estados que, em 2019, tinham poucas organizações formalizadas. Roraima (RR) apresenta a maior variação acumulada, com 500%, passando de 1 para 6 organizações. Em seguida, destacam-se Piauí (243%), Rondônia (230%) e Ceará (185%).

Estados como Alagoas (159%), Rio Grande do Norte (137%) e Sergipe (124%) também exibem crescimento robusto. Já nas regiões Sul e Sudeste, onde o número inicial de organizações já era elevado, o crescimento tende a ser mais moderado. Paraná (100%), São Paulo (52%), Minas Gerais (59%) e Rio de Janeiro (22%) mostram avanços importantes, embora menos intensos proporcionalmente. Alguns estados apresentam crescimento mais tímido, como Mato Grosso do Sul (30%), Distrito Federal (30%), Pernambuco (27%) e Rio Grande do Sul (24%).

O menor crescimento acumulado ocorreu no Amapá (0%), mantendo apenas entre uma e duas organizações ao longo de todo o período.

Tabela 9: Número de organizações identificadas, por UF, em nº e % de variação, entre 2019 e 2024

UF	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Variação Acumulada (%)
RR	1	2	7	6	6	6	500%
PI	7	2	11	21	22	24	243%
RO	10	11	18	28	34	33	230%
CE	47	36	59	115	129	134	185%
AL	17	18	17	40	45	44	159%
RN	19	16	19	41	46	45	137%
SE	25	16	28	52	52	56	124%
SC	72	92	87	142	147	157	118%
MA	15	16	20	30	30	31	107%
ES	46	43	53	97	96	95	107%
GO	54	43	53	92	103	110	104%
PA	42	35	50	74	78	85	102%
AC	3	2	6	6	6	6	100%
PR	226	252	252	442	451	451	100%
PB	27	28	25	46	51	53	96%
BA	73	71	79	133	137	143	96%
MT	34	35	41	51	55	60	76%
MG	201	234	231	310	313	319	59%
AM	22	28	25	32	34	34	55%
SP	374	426	403	565	557	570	52%
DF	44	57	46	54	56	57	30%
MS	44	34	47	53	55	57	30%
PE	62	60	57	76	75	79	27%
RS	194	142	197	236	253	241	24%
TO	13	5	17	16	16	16	23%
RJ	156	144	146	183	180	190	22%
AP	1	2	2	1	1	1	0%



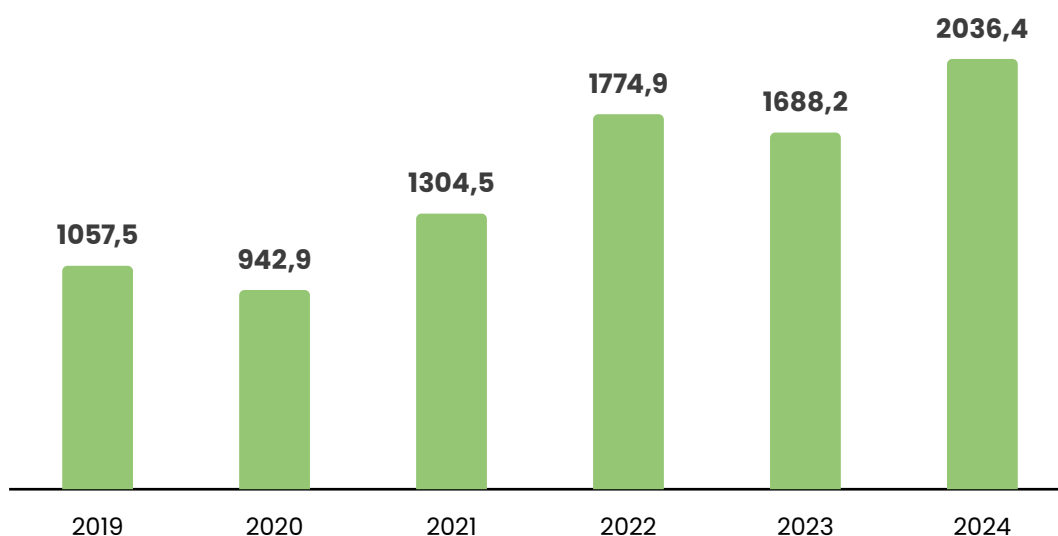
6.2. Evolução da quantidade de resíduos coletados e destinados à reciclagem

Entre 2019 e 2024, a quantidade de resíduos coletados e destinada à reciclagem pelas organizações de catadoras e catadores apresentou um crescimento significativo no país, apesar de oscilações intermediárias. O volume total passou de 1.057,5 mil toneladas em 2019 para 2.036,4 mil toneladas em 2024, o que representa um aumento acumulado de 93% no período — praticamente dobrando a quantidade destinada à reciclagem em seis anos.

Crescimento anual e oscilações

- 2019–2020: houve uma redução de 1.057,5 para 942,9 mil toneladas (–11%), associada aos efeitos da pandemia, que restringiu operações de coleta e atividades das organizações.
- 2021: o setor demonstra recuperação vigorosa, alcançando 1.304,5 mil toneladas (+38%).
- 2022: o crescimento se intensifica, atingindo 1.774,9 mil toneladas (+36%), o maior salto do período.
- 2023: ocorre uma leve retração para 1.688,2 mil toneladas (–5%), mas mantendo patamar muito superior ao pré-pandemia.
- 2024: o volume cresce novamente, atingindo 2.036,4 mil toneladas (+21%), o maior nível da série histórica.

Gráfico 18: Quantidade coletada e destinada à reciclagem pelas organizações, em milhares de toneladas, entre 2019 e 2024



Quanto à análise regional, o Sudeste mantém-se como a principal região responsável pela reciclagem no país. Seu volume salta de 478,1 mil toneladas (2019) para 1.045,9 mil toneladas (2024), com variação acumulada de 119%. Em 2024, a região responde por 51,3% de todos os resíduos destinados à reciclagem no país.

Nordeste: crescimento mais acelerado do país

O Nordeste apresenta o maior avanço percentual, com um aumento acumulado de 295%, passando de 88,2 mil toneladas em 2019 para 347,9 mil toneladas em 2024. Sua participação cresce continuamente, saindo de 8,3% em 2019 para mais de 17% em 2023 e 2024.

Com variação acumulada de 83%, o Norte eleva sua destinação de 61,2 mil toneladas (2019) para 111,9 mil toneladas (2024). Apesar do volume absoluto ainda ser menor que o de outras regiões, a participação mantém-se estável e com leve crescimento.

Já o Centro-Oeste apresenta aumento de 64% no volume reciclado, passando de 131,1 mil toneladas (2019) para 215 mil toneladas (2024). Sua participação varia entre 10% e 12% ao longo do período. E por fim a região Sul apresenta o menor crescimento acumulado (6%), mantendo volumes próximos de 300 mil toneladas/ano. Apesar desse crescimento modesto, a região apresenta participação significativa e estável, oscilando entre 21% e 32% do total nacional até 2022. A partir desse ano, observa-se uma redução progressiva de sua participação, que alcança 15,5% em 2024. A análise conjunta dos dados revela que a reciclagem no Brasil cresceu a partir de 2021, dobrando o volume destinado à reciclagem em seis anos.

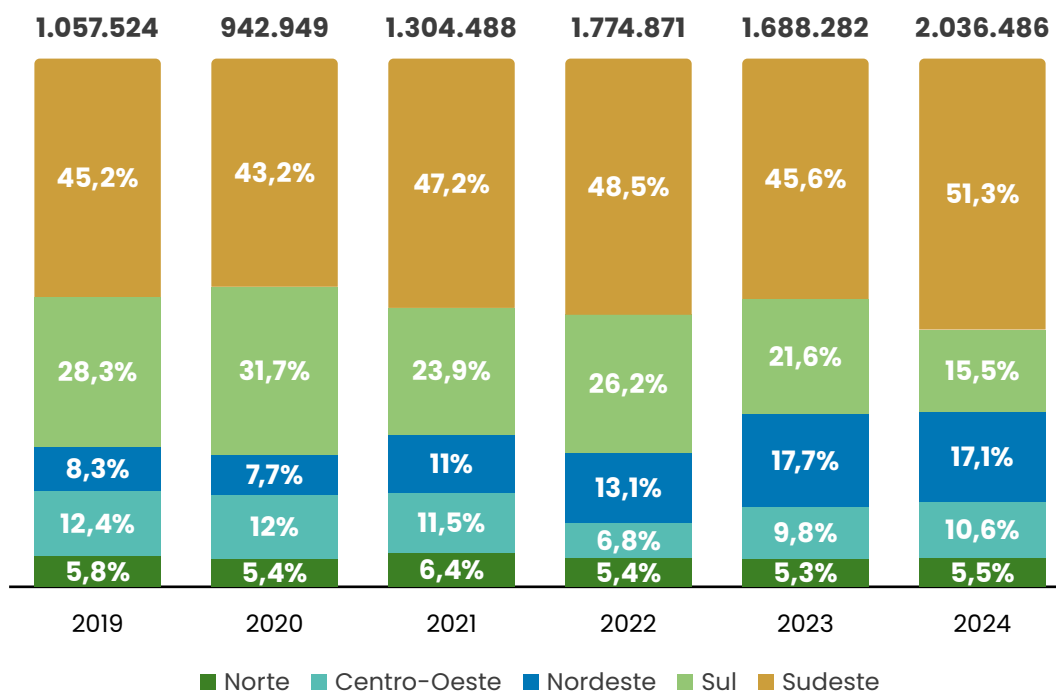


Os dados confirmam que as organizações de catadoras e catadores desempenham papel crescente e fundamental na destinação adequada de resíduos no Brasil. O aumento expressivo dos volumes reciclados pelas organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis evidenciam uma estrutura em consolidação e cada vez mais integrada ao sistema nacional de gestão de resíduos sólidos. A continuidade desse crescimento dependerá do fortalecimento institucional, apoio público e ampliação da coleta seletiva em todas as regiões.

Tabela 10: Quantidade coletada e destinada à reciclagem pelas organizações, em toneladas e %, entre 2019 e 2024

Região	Toneladas						Variação Acumulada (%)
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Centro-Oeste	131.123	113.268	150.557	121.241	166.080	215.031	64%
Nordeste	88.169	73.082	144.055	232.934	298.670	347.901	295%
Sul	298.942	298.708	311.470	464.281	363.851	315.829	6%
Norte	61.194	50.828	83.202	96.587	88.653	111.860	83%
Sudeste	478.096	407.063	615.203	859.827	771.028	1.045.865	119%
Brasil	1.057.524	942.949	1.304.487	1.774.869	1.688.282	2.036.486	93%

Gráfico 19: Quantidade coletada e destinada à reciclagem pelas organizações, por região, em toneladas e %, entre 2019 e 2024



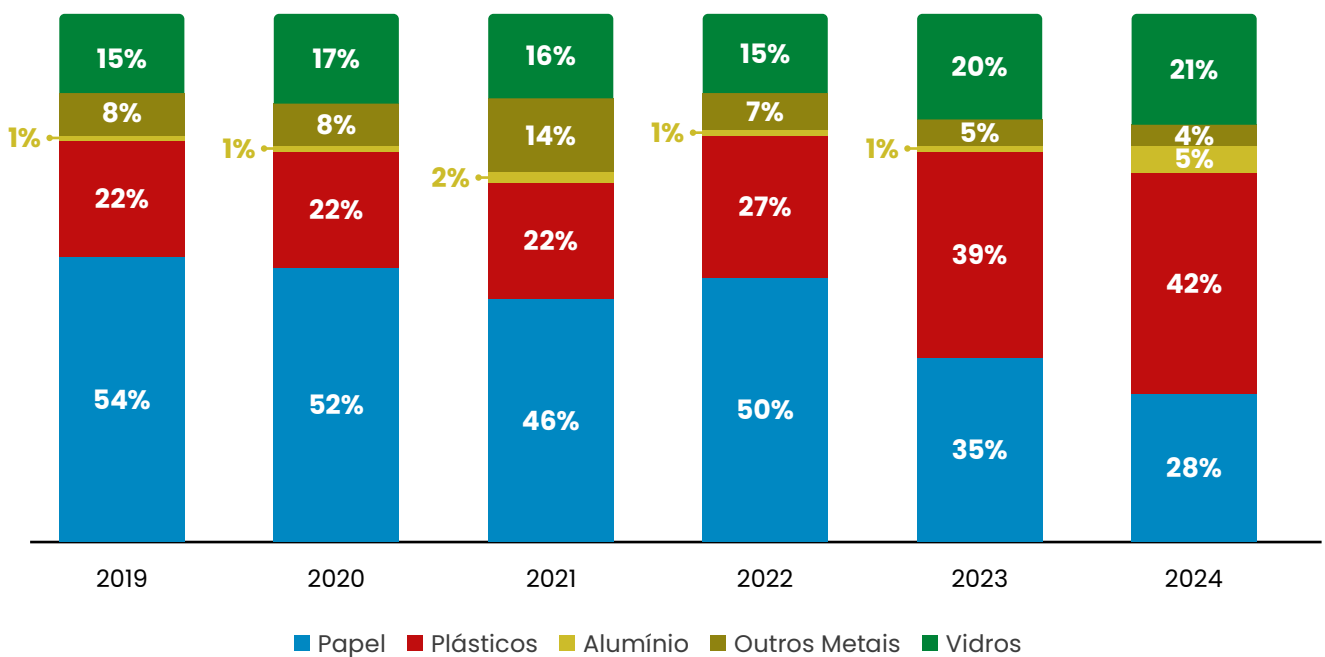


6.3. Evolução da representatividade do material coletado

A análise da composição dos materiais coletados entre 2019 e 2024 mostra a evolução da participação percentual dos principais tipos de materiais coletados pelas organizações de catadoras e catadores no período de 2019 a 2024.

O papel era o material mais representativo em 2019, respondendo por 54% de tudo o que era coletado. No entanto, sua participação diminuiu progressivamente ao longo dos anos, chegando a 28% em 2024. Os plásticos ganham espaço de forma contínua e significativa. Sua participação sobe de 22% em 2019 para 42% em 2024, tornando-se o material mais coletado no último ano da série. O vidro apresenta discretas oscilações, passando de 15% em 2019 para 21% em 2024. A categoria “Outros Metais” registra variações relevantes: sobe para 14% em 2021, mas recua nos anos seguintes, chegando a 5% e 4% em 2023 e 2024. Já o alumínio mantém participação baixa e estável em todo o período (entre 1% e 5%).

Gráfico 20: Quantidade coletada, por tipo de material, em %, entre 2019 e 2024.





6.4. Evolução do faturamento das organizações de catadoras e catadores

Os dados de faturamento das organizações de catadoras e catadores entre 2019 e 2024 revelam um crescimento expressivo, ainda que marcado por oscilações conjunturais. Considerando os valores deflacionados pelo IPCA, o faturamento nacional passou de R\$ 696,6 milhões em 2019 para R\$ 2,071 bilhões em 2024, representando um avanço acumulado de 279% no período.

A evolução anual mostra quatro movimentos principais:

- **2019–2021: expansão acelerada**

O faturamento mais que dobra entre 2019 e 2021, saltando de R\$ 696,6 milhões para R\$ 1,615 bilhão (+132%).

- **2022: estabilidade em patamar elevado**

Em 2022, o faturamento chega a R\$ 1,704 bilhão, com leve alta de 6% em relação a 2021.

- **2023: retração conjuntural**

O faturamento cai para R\$ 1,368 bilhão (–20%), acompanhando a queda dos preços de mercado de diversos materiais recicláveis, especialmente papel e plásticos.

- **2024: retomada intensa**

O ano de 2024 marca a maior expansão da série: R\$ 2,071 bilhões (+51%), superando todos os períodos anteriores.

Acerca do desempenho regional, as tabelas revelam diferenças importantes no comportamento do faturamento acumulado entre as cinco regiões brasileiras.

O Sudeste teve maior participação e forte expansão com o faturamento subindo de R\$ 261,7 milhões (2019) para R\$ 1,169 bilhão (2024). O crescimento acumulado da região foi de 347%, concentrando os maiores volumes de materiais e maior número de organizações.

O Nordeste teve o maior crescimento proporcional do país, o faturamento cresceu de R\$ 37 milhões (2019) para R\$ 336 milhões (2024), um crescimento acumulado de 808%. É o maior avanço entre todas as regiões.

No Norte houve um crescimento expressivo. O faturamento aumentou de R\$ 29,9 milhões (2019) para R\$ 94,2 milhões (2024), um crescimento acumulado de 215%.

Já no Centro-Oeste o faturamento sobe de R\$ 61,2 milhões (2019) para R\$ 187,6 milhões (2024), crescimento acumulado de 207%.

Por fim, o Sul possuiu a menor variação proporcional. Nessa região o faturamento passa de R\$ 157,4 milhões para R\$ 283,9 milhões no período, crescimento acumulado de 80%.





Quanto ao comportamento por Estado, a tabela mostra que:

- Estados como MA, PI, PE e PB registram aumentos superiores a 500%.
- No Sudeste, MG apresenta crescimento mais moderado, enquanto SP e RJ têm expansão contínua e relevante em termos absolutos.
- No Norte, AM, PA e RO registram variações significativas, embora com menor volume absoluto.
- No Sul, PR mostra estabilidade, enquanto RS e SC apresentam crescimento robusto em 2024.

Gráfico 21: Faturamento das organizações, em milhões de R\$ (deflacionados pelo IPCA), entre 2019 e 2024

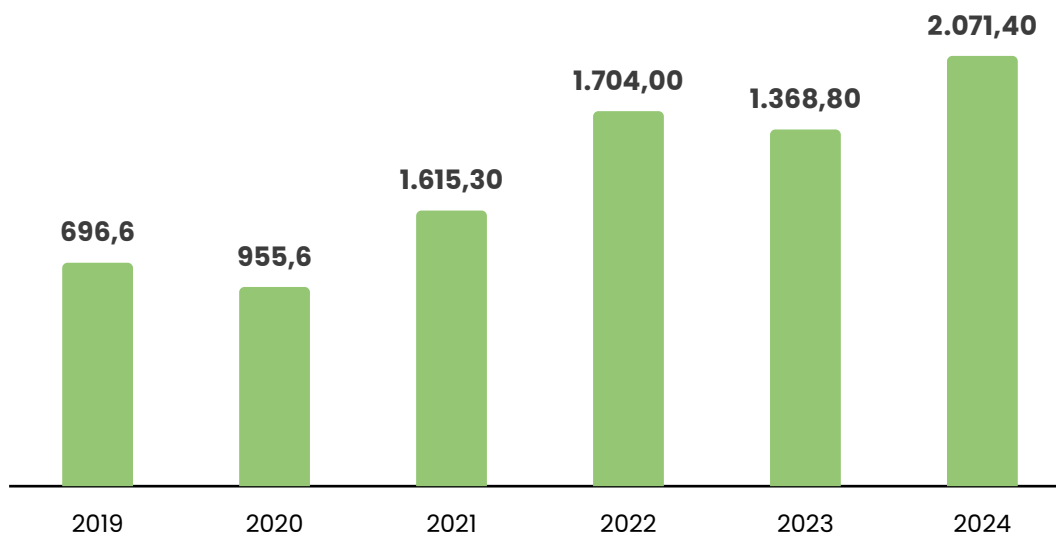


Tabela 11: Faturamento das organizações, em milhões de R\$, entre 2019 e 2024

Região	Milhões de R\$ de 2019 a 2024						Variação Acumulada (%)
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Centro-Oeste	61,2	100,0	119,5	97,7	108,6	187,6	207%
Nordeste	37,0	95,7	126,3	207,3	265,4	336,1	808%
Sul	157,4	202,4	366,3	482,8	225,3	283,9	80%
Norte	29,9	58,4	59,2	53,1	61,7	94,2	215%
Sudeste	261,7	328,1	788,4	787,8	707,8	1169,3	347%
Brasil	547,2	955,6	1.615,3	1.704,0	1.368,8	2.071,3	279%



**Tabela 12: Faturamento das organizações, por UF, em milhões de R\$ em 2023
(deflacionado pelo IPCA) e %, entre 2019 e 2024**

Região/UF	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Variação acumulada (%)
Centro-Oeste	77.910.970	121.841.581	132.299.831	102.263.710	108.587.343	187.634.079	141%
DF	21.711.795	43.868.482	32.544.343	18.556.372	9.683.420	8.491.548	-61%
MS	18.064.416	23.781.660	33.251.829	21.182.521	12.012.326	17.604.543	-3%
MT	15.530.907	24.421.181	29.006.915	21.448.581	17.534.178	24.048.388	55%
GO	22.603.852	29.773.911	37.496.744	41.076.236	69.357.419	137.489.599	508%
Nordeste	47.103.037	116.514.472	139.725.955	216.876.788	265.417.355	336.191.987	614%
MA	2.324.638	7.731.059	8.871.489	11.642.035	10.548.012	31.551.768	1257%
RN	3.401.614	6.997.534	8.427.915	15.353.520	32.826.423	35.496.375	944%
CE	7.602.189	16.050.136	26.170.893	43.532.211	30.633.234	55.605.330	631%
PB	3.819.592	12.401.112	11.089.362	17.672.259	11.462.767	27.322.354	615%
BA	12.334.086	28.688.871	35.042.383	51.430.134	101.025.020	72.535.550	488%
PE	10.337.338	30.091.994	25.283.745	32.377.131	44.967.450	85.631.179	728%
SE	3.773.553	7.150.187	12.420.085	20.735.519	13.913.002	11.592.536	207%
AL	2.380.845	6.505.122	7.540.766	15.292.792	9.857.787	9.295.691	290%
PI	1.129.182	898.459	4.879.320	8.841.188	10.183.659	7.161.205	534%
Sul	200.378.867	246.499.592	405.327.042	505.101.365	225.272.668	283.900.090	42%
RS	78.954.575	74.796.080	148.972.813	149.878.734	73.685.129	128.419.420	63%
PR	87.705.366	121.288.238	190.564.206	265.837.753	118.564.807	93.926.003	7%
SC	33.718.926	50.415.275	65.790.023	89.384.877	33.022.732	61.554.667	83%
Norte	38.064.346	71.138.319	65.468.936	55.576.044	61.728.836	94.267.941	148%
PA	18.868.028	28.971.094	26.187.575	24.495.562	20.897.988	45.287.100	140%
AM	9.063.116	25.309.869	13.093.787	13.184.474	21.999.959	28.925.329	219%
RO	3.029.734	9.924.274	9.427.527	8.965.545	12.517.922	15.521.189	412%
AC	1.241.229	1.922.657	3.142.509	1.756.677	794.547	96.761	-92%
TO	5.034.754	3.046.455	8.903.775	5.177.404	4.082.653	3.633.543	-28%
RR	413.743	976.675	3.666.261	1.393.766	820.354	353.073	-15%
AP	413.743	987.294	1.047.503	602.617	615.414	450.945	9%
Sudeste	333.158.510	399.572.131	872.496.288	824.179.429	707.811.239	1.169.378.975	251%
MG	82.402.357	109.640.624	241.952.752	201.441.660	92.086.752	158.301.544	92%
SP	172.415.413	205.602.490	422.108.048	428.342.043	469.749.358	784.473.987	355%
RJ	61.075.860	67.284.796	152.922.519	131.455.825	134.704.933	215.583.777	253%
ES	17.264.880	17.044.221	55.512.969	62.939.901	11.270.196	11.019.667	-36%



6.5. Evolução do preço médio de comercialização dos materiais coletados

A série histórica dos preços médios dos principais materiais recicláveis entre 2019 e 2024 revela movimentos distintos entre as diferentes categorias.

O papel registra um aumento acumulado de 3% no período, passando de R\$ 0,57/kg em 2019 para R\$ 0,59/kg em 2024. Os preços do plástico apresentam variação acumulada de 51%, oscilando de R\$ 1,36/kg em 2019 para R\$ 2,06/kg em 2024. O alumínio variou de R\$ 4,51/kg para R\$ 2,59/kg, acumulando -43% de variação. A categoria “outros metais” apresenta uma variação acumulada de 170%. O preço sai de R\$ 0,61/kg em 2019 para R\$ 1,64/kg em 2024.

O vidro também apresenta aumento consistente no período, com crescimento de 73% no preço. O valor sobe de R\$ 0,12/kg em 2019 para R\$ 0,21/kg em 2024.

Tabela 13: Preços dos resíduos sólidos comercializados por tipo de material, em R\$/quilo de 2023 (de Iacionado pelo IPCA), entre 2019 e 2024.

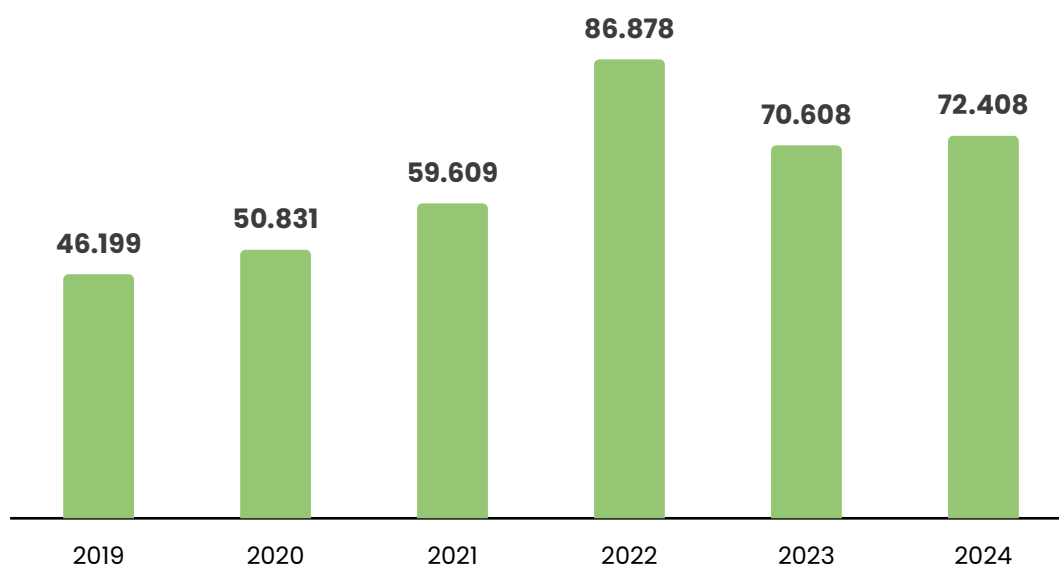
Material	Preços (R\$ de 2024/kg)						Variação acumulada (%)
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Papel	R\$ 0,57	R\$ 0,55	R\$ 0,90	R\$ 0,46	R\$ 0,34	R\$ 0,59	3%
Plástico	R\$ 1,36	R\$ 1,41	R\$ 1,93	R\$ 1,86	R\$ 1,28	R\$ 2,06	51%
Alumínio	R\$ 4,51	R\$ 5,23	R\$ 5,32	R\$ 7,75	R\$ 4,50	R\$ 2,59	-43%
Outros metais	R\$ 0,61	R\$ 4,11	R\$ 1,77	R\$ 3,71	R\$ 0,83	R\$ 1,64	170%
Vidro	R\$ 0,12	R\$ 0,21	R\$ 0,23	R\$ 0,23	R\$ 0,21	R\$ 0,21	73%

6.6. Evolução na quantidade de catadoras e catadores

Os dados consolidados revelam uma expansão significativa da força de trabalho organizada na reciclagem entre 2019 e 2024. O número total de catadoras e catadores cadastrados nas organizações passou de 46.199 em 2019 para 72.408 em 2024, representando um crescimento acumulado de 53% no período.

Apesar de oscilações anuais – com forte expansão em 2022 e leve retração em 2023 – a tendência geral é de aumento contínuo da participação de trabalhadores na coleta e triagem de materiais recicláveis. O ano de 2022 se destaca como o pico da série histórica, com 86.878 catadoras(es).

Gráfico 22: Quantidade de catadoras e catadores nas organizações, entre 2019 e 2024



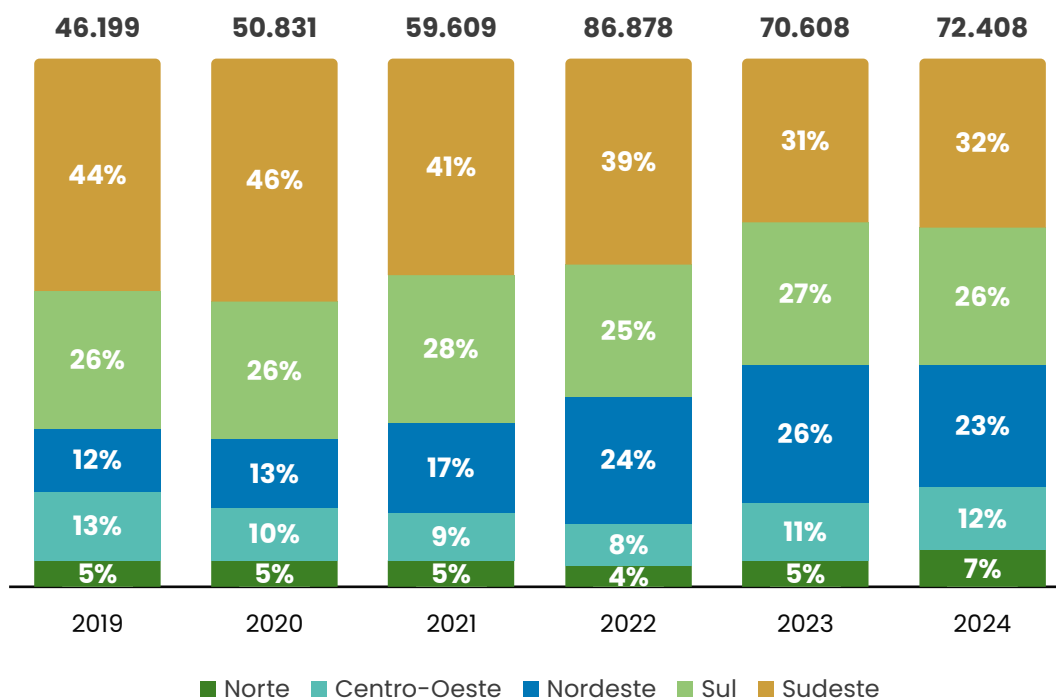


Quanto a análise por regiões, o Nordeste apresentou a maior variação acumulada, com crescimento de 195%, passando de 5.746 catadores(as) em 2019 para 16.950 em 2024. O Norte também teve expansão substancial (138%), embora em valores absolutos ainda represente a menor participação no total nacional. O Sul registrou crescimento moderado (55%), mantendo participação estável e elevada no total nacional de trabalhadores organizados. O Centro-Oeste apresentou crescimento acumulado de 41% e o Sudeste, embora seja historicamente a região com maior número de catadoras(es), registrou o menor crescimento relativo (14%).

Tabela 14: Evolução de catadoras e catadores, por região, em quantidade e %, entre 2019 e 2024

Região	Nº de catadores e catadoras por região						Variação Acumulada (%)
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Centro-Oeste	6.134	4.887	5.619	6.957	7.527	8.671	41%
Nordeste	5.746	6.847	10.290	20.457	18.513	16.950	195%
Sul	12.012	13.373	16.381	21.409	19.182	18.657	55%
Norte	2.124	2.288	2.756	3.912	3.692	5.056	138%
Sudeste	20.183	23.436	24.563	34.143	21.694	23.074	14%
Brasil	46.199	50.831	59.609	86.878	70.608	72.408	53%

Gráfico 23: Quantidade de catadoras e catadores nas organizações, por região e %, entre 2019 e 2024



No que se refere aos estados, a tabela de variação evidencia crescimentos expressivos, com destaque para Maranhão, Rio Grande do Norte e Roraima. No entanto é possível observar quedas ainda que pouco expressivas no Mato Grosso do Sul e Espírito Santo e um pouco mais acentuadas no Tocantins e Rio de Janeiro,



Tabela 15: Variação de catadoras e catadores, por UF, em quantidade e %, entre 2019 e 2024

UF	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Variação acumulada (%)
MA	265	404	480	1.114	1.199	1.932	629%
RN	387	404	912	1.476	5.203	2.790	621%
RO	235	304	432	660	1.154	1.485	532%
RR	23	46	115	143	21.694	96	317%
AL	334	440	380	1.436	1.222	1.137	240%
AP	23	84	140	70	168	70	204%
CE	898	967	2.104	4.630	1.222	2.680	198%
BA	1.484	1.834	2.642	4.829	4.284	4.326	191%
SE	520	429	1.498	1.944	1.200	1.316	153%
AM	502	794	579	741	827	1.224	144%
PI	138	37	183	722	1.048	288	109%
PA	983	906	1.175	1.796	1.048	1.869	90%
GO	1.763	1.162	1.304	2.414	1.199	3.245	84%
PR	5.483	6.879	6.247	11.397	2.711	9.546	74%
PB	507	778	575	1.643	1.048	822	62%
DF	1.910	1.897	2.546	1.725	2.023	2.809	47%
RS	4.820	3.995	7.724	6.313	9.559	6.834	42%
PE	1.213	1.554	1.516	2.663	2.852	1.659	37%
SC	1.709	2.499	2.410	3.699	827	2.277	33%
SP	10.210	12.044	14.747	17.196	13.515	13.369	31%
MG	5.024	6.467	5.724	8.868	200	6.380	27%
MT	1.056	948	1.089	1.385	18.513	1.230	16%
AC	69	45	132	134	168	72	4%
MS	1.405	880	680	1.433	2.023	1.387	-1%
ES	1.116	1.073	603	2.683	1.020	1.045	-6%
TO	289	109	183	368	200	240	-17%
RJ	3.833	3.852	3.489	5.396	3.240	2.280	-41%



7ª Edição
**Anuário da
Reciclagem**
2025



6.7. Evolução da renda média mensal das catadoras e dos catadores

Na análise da renda média mensal das catadoras e catadores (2019–2024), os dados apresentados revelam uma tendência geral de crescimento. No agregado nacional, a renda média aumentou de R\$ 1.132 para R\$ 1.360, resultando em uma variação acumulada de 20% no período, quando deflacionada pelo IPCA.

O Centro-Oeste apresentou o maior incremento relativo, com crescimento acumulado de 84%, atingindo R\$ 1.559 em 2024. O Norte também registrou avanço significativo, com alta de 83%. Em seguida aparecem Nordeste (54%) Sudeste (8%) e Sul (3%).





Gráfico 24: Renda média mensal das catadoras e catadores, por região, em R\$ em 2023 (deflacionados pelo IPCA), entre 2019 e 2024

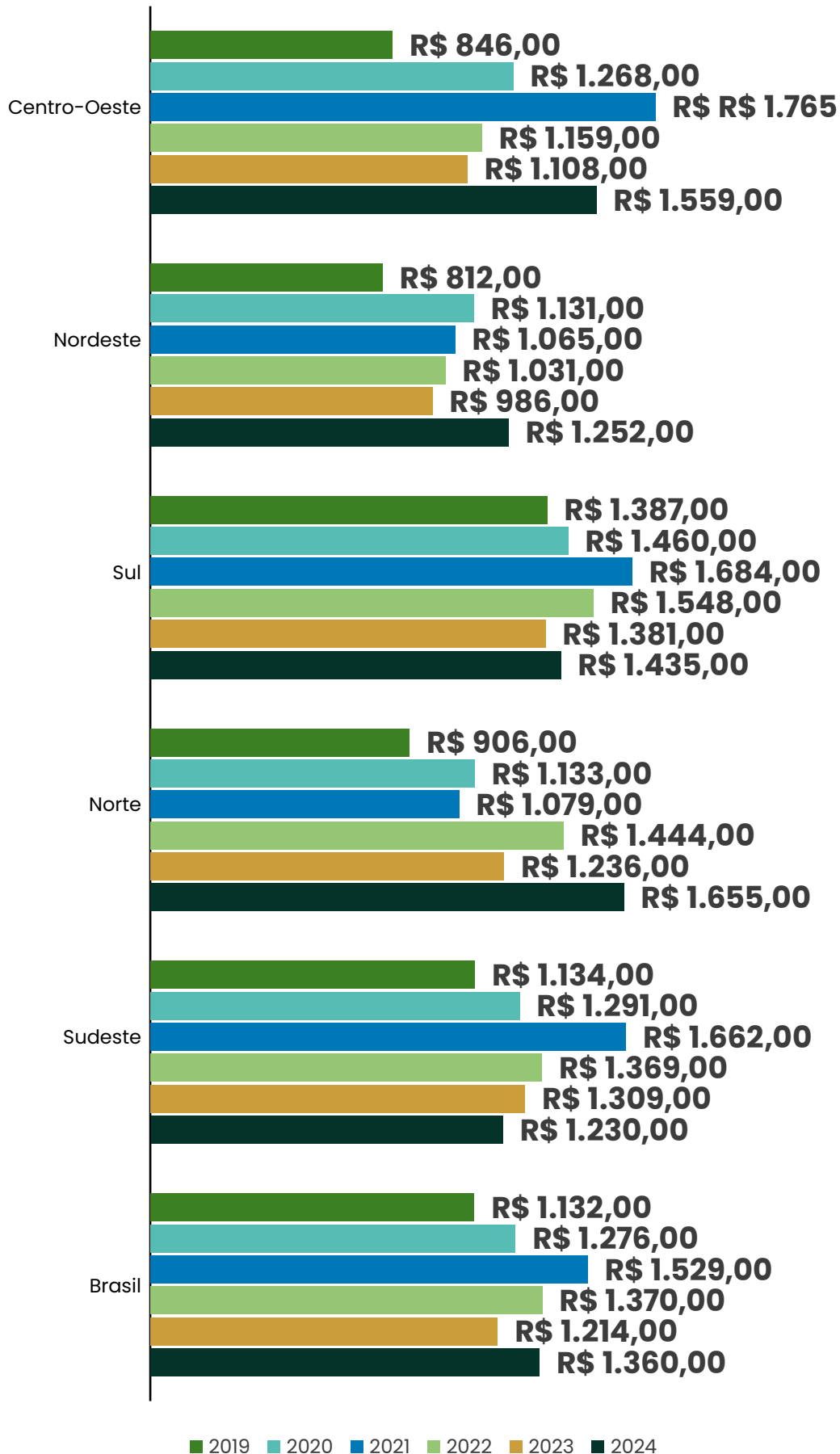




Tabela 16: Crescimento acumulado da renda média mensal das catadoras e catadores, por região, em R\$, em 2024 (deflacionados pelo IPCA) e %, entre 2019 e 2024

Região	Preços (R\$ de 2024)						Variação acumulada (%)
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Centro-Oeste	R\$ 846	R\$ 1.268	R\$ 1.765	R\$ 1.159	R\$ 1.108	R\$ 1.559	84%
Nordeste	R\$ 812	R\$ 1.131	R\$ 1.065	R\$ 1.031	R\$ 986	R\$ 1.252	54%
Sul	R\$ 1.387	R\$ 1.460	R\$ 1.684	R\$ 1.548	R\$ 1.381	R\$ 1.435	3%
Norte	R\$ 906	R\$ 1.133	R\$ 1.079	R\$ 1.444	R\$ 1.236	R\$ 1.655	83%
Sudeste	R\$ 1.134	R\$ 1.291	R\$ 1.662	R\$ 1.369	R\$ 1.309	R\$ 1.230	8%
Brasil	R\$ 1.132	R\$ 1.276	R\$ 1.529	R\$ 1.370	R\$ 1.214	R\$ 1.360	20%





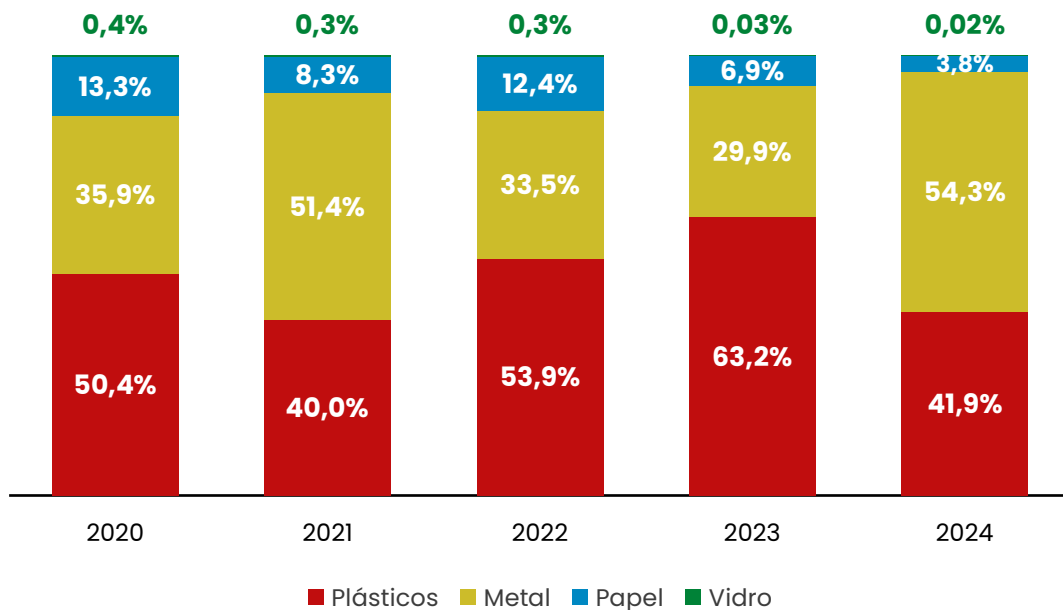
6.8. Evolução da quantidade de carbono equivalente potencialmente reduzido

Os dados do Gráfico 25 evidenciam que o plástico e os metais permanecem como os principais responsáveis pelo potencial de redução de emissões de CO₂e no período analisado.

O plástico destaca-se de forma consistente, respondendo por 40% a 63% do total das emissões evitadas entre 2020 e 2024. Esse comportamento está diretamente associado ao volume expressivo de resíduos plásticos coletados e ao alto fator de emissão evitada quando comparado à produção de resina virgem.

Os metais constituem o segundo grupo mais relevante, variando entre 29,9% e 54,3% do total das emissões evitadas. Em 2024, os metais atingem sua maior participação (54,3%), superando o plástico naquele ano. A reciclagem de papel apresenta contribuição mais modesta, variando entre 3,8% e 13,3% ao longo da série. Por fim, o vidro registra participação inferior a 0,4% ao longo do período. Em conjunto, os dados reforçam a importância estratégica da reciclagem no enfrentamento da crise climática e mostram que ampliar a recuperação de materiais recicláveis gera ganhos ambientais significativos, contribuindo diretamente para a mitigação das emissões de CO₂e no setor de resíduos.

Gráfico 25: Potencial redução de emissões de CO₂e e representatividade por tipo de material, em toneladas e %, entre 2020 e 2024





6.9. Evolução da economia de matéria-prima virgem

Os dados dos Gráficos 26 e 27 evidenciam a relevância crescente da reciclagem na redução da demanda por recursos naturais e no consumo energético do ciclo produtivo entre 2021 e 2024. A economia de matéria-prima virgem apresenta valores significativos, com variações entre materiais e expansão ao longo do período analisado.

A reciclagem possibilitou a economia de grandes volumes de recursos naturais, são eles:

- Água: a economia variou entre 17,7 e 26 milhões de m³.
- Árvores: a preservação de árvores manteve-se no patamar de 12 a 17 milhões de unidades.
- Petróleo: registrou crescimento contínuo, saltando de 14 para 42 mil toneladas equivalentes entre 2021 e 2024.
- Bauxita: apresentou incremento de 13,3 para 53,3 mil toneladas.
- Ferro-gusa: a economia variou entre 8 e 17 mil toneladas.
- Areia: a redução no uso de areia para produção de vidro aumentou substancialmente, chegando a mais de 50 mil toneladas em 2024.

No conjunto, os dados demonstram que os ganhos ambientais associados à reciclagem permanecem expressivos e consistentes, contribuindo diretamente para a redução da exploração de recursos naturais.

A composição da economia de energia evidencia diferenças importantes entre materiais:

- Plástico e papel são os materiais que mais contribuem, representando conjuntamente 70% a 80% da economia total de energia ao longo dos anos analisados.
- O plástico, em particular, segue em relevância em 2024, quando responde por mais de 52% da economia energética total.
- O papel mantém participação expressiva, correspondendo a 23% da economia energética total.
- O metal tem participação menos volumosa, mas cresce significativamente em 2024, chegando a 20,7%.
- O vidro apresenta participação estável entre 3,3% e 3,9%.

Gráfico 26: Economia de matéria-prima virgem por tipo de material, entre 2021 e 2024

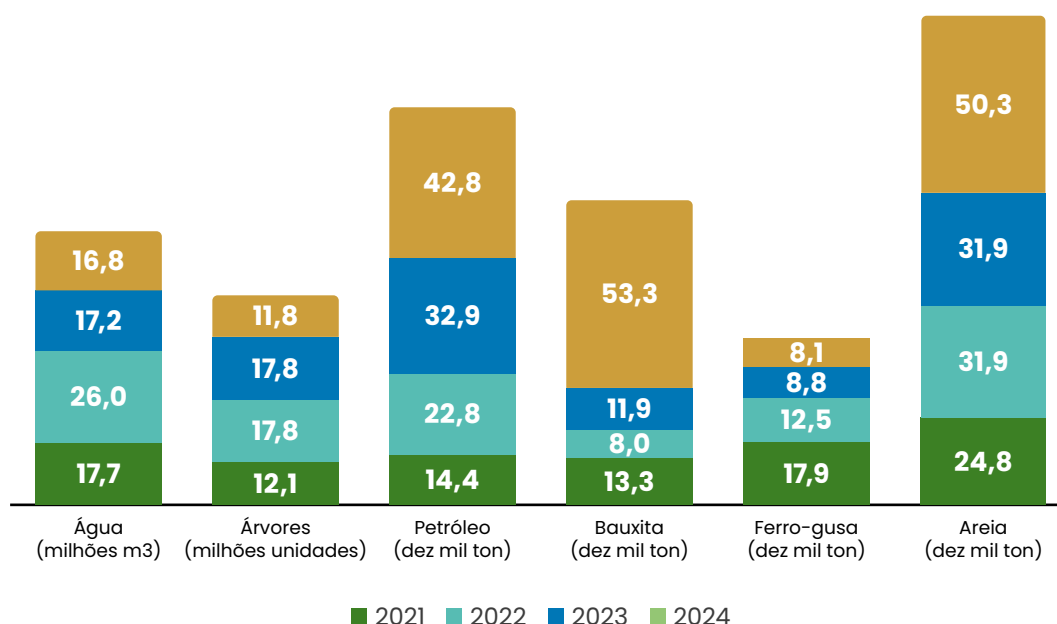
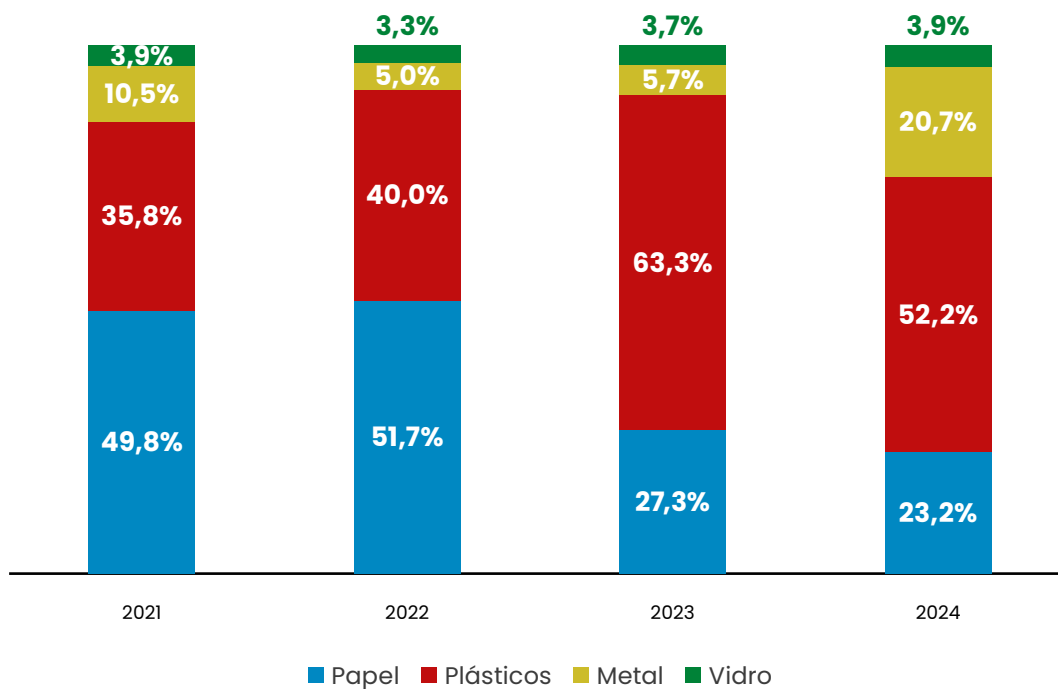




Gráfico 27: Economia de energia, por tipo de material, em milhões de MWh, entre 2021 e 2024



Panorama da implementação da coleta seletiva nos municípios

7ª Edição
**Anuário da
Reciclagem**

2025





7. Panorama da implementação da coleta seletiva nos municípios

Os dados evolutivos constantes nesse estudo evidenciam diferenças regionais significativas na distribuição de municípios que contam simultaneamente com organizações de catadoras e catadores e com serviço de coleta seletiva.

O Sudeste concentra o maior número absoluto de municípios com organizações (638) e também se destaca pelo maior volume de municípios com coleta seletiva associada (443), correspondendo a aproximadamente 69% do total identificado na região. O Sul apresenta o segundo maior contingente, com 433 municípios identificados e 306 com coleta seletiva, mantendo um índice de integração igualmente elevado (71%).

No Nordeste, observa-se uma presença expressiva de organizações (415 municípios), porém com menor aderência da coleta seletiva: apenas 206 municípios (cerca de 50%) contam com esse serviço articulado às organizações. O Centro-Oeste apresenta padrão semelhante: 93 de 137 municípios (68%) possuem organizações e coleta seletiva.

A Região Norte, por sua vez, possui o menor número de municípios identificados (99) e apresenta os índices mais baixos de presença simultânea de organizações e coleta seletiva: apenas 41 municípios (41%).

A tabela por unidade da federação confirma essa heterogeneidade: estados como DF (100%), ES (86%), MG (60%), SC (71%) e RS (71%) apresentam elevados níveis de integração entre organizações e coleta seletiva. Em contrapartida, estados como , RO (39%), e PI (38%) registram baixa articulação.

De forma geral, os dados mostram que, o país ainda enfrenta grandes desafios para garantir a universalização da coleta seletiva e sua articulação estruturada com as organizações de catadoras e catadores. Ampliar essa integração é essencial para fortalecer a cadeia da reciclagem, promover inclusão socioeconômica e garantir maior eficiência ambiental no manejo dos resíduos sólidos.

Gráfico 28: Municípios com organizações de catadores e coleta seletiva

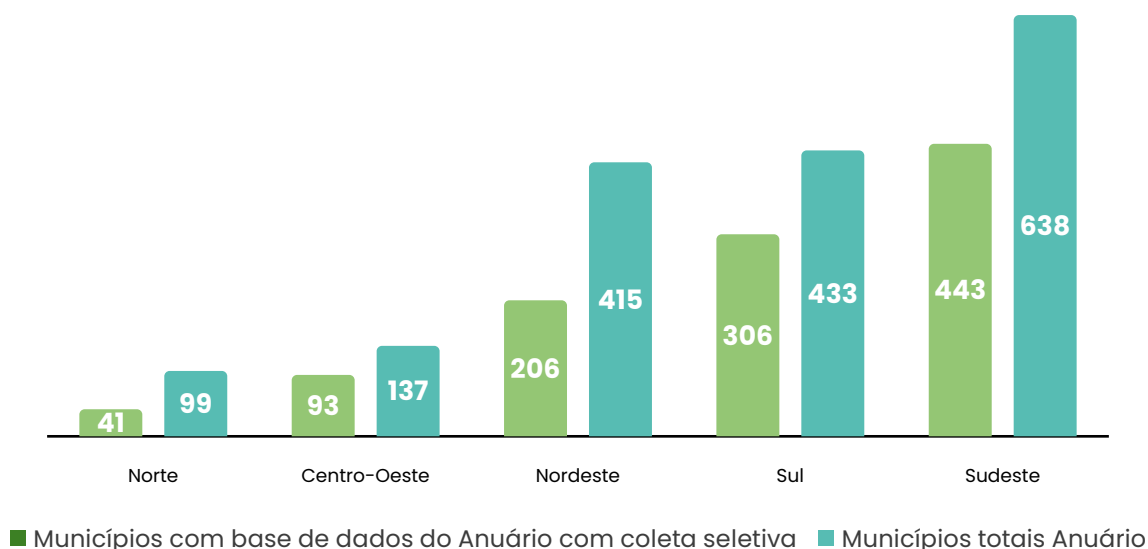




Tabela 17: Municípios com coleta e com presença de organização de catadores

UF	Municípios com organizações de catadores	Municípios com coleta e organização	% de incidência
DF	1	1	100%
MS	39	37	95%
MT	36	20	56%
GO	61	35	57%
MA	21	7	33%
RN	34	17	50%
CE	102	55	54%
PB	35	20	57%
BA	94	44	47%
PE	38	16	42%
SE	39	22	56%
AL	36	19	53%
PI	16	6	38%
RS	96	68	71%
PR	274	193	70%
SC	63	45	71%
PA	43	14	33%
AM	17	8	47%
RO	23	9	39%
AC	3	3	100%
TO	10	6	60%
RR	2	1	50%
AP	1	0	0%
MG	223	133	60%
SP	297	213	72%
RJ	53	41	77%
ES	65	56	86%



7ª Edição
Anuário da
Reciclagem
2025

A metodologia aplicada no levantamento e apresentação dos dados

7ª Edição
**Anuário da
Reciclagem**

2025





8. Metodologia aplicada no levantamento e apresentação dos dados

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos empregados na coleta, tratamento e sistematização dos dados que compõem esta edição do Anuário da Reciclagem. A abordagem adotada foi desenhada para assegurar uma compreensão ampla e fidedigna do cenário da reciclagem no Brasil, preservando a qualidade, a consistência e a confiabilidade das informações aqui apresentadas.

8.1. Composição do Banco de Dados e da amostra analisada

O Banco de Dados do Anuário da Reciclagem constitui a base estruturante desta publicação, reunindo, anualmente, informações atualizadas sobre organizações de catadoras e catadores em todo o país. Para a edição de 2025, sua construção integrou dados históricos das edições anteriores, consultas a bases externas — públicas e privadas — e fontes complementares, entre elas o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), mantido pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades (SNSA).

Nesta edição, o banco identificou 3.097 organizações distribuídas em 1.772 municípios, cobrindo todos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. Cada organização foi verificada a partir dos registros da Receita Federal do Brasil (RFB), sendo incluídas apenas aquelas enquadradas nas naturezas jurídicas “399-9 – Associação Privada” ou “214-3 – Cooperativa”, e cujo status cadastral estivesse ativo. Esse filtro assegurou a exclusão de registros incompatíveis com o escopo do Anuário.

Todos os dados recebidos foram consolidados em uma base única, anonimizados e submetidos a um rigoroso processo de validação. Informações discrepantes — como valores de materiais comercializados ou dados de renda — foram ajustadas com o uso de médias ponderadas, enquanto registros duplicados foram identificados e eliminados para evitar distorções.

O processo de validação e harmonização assegura a confiabilidade e a representatividade da amostra, que reflete de forma consistente as principais características do universo de organizações de catadoras e catadores mapeadas pelo Anuário.

8.2. Margem de erro e confiabilidade

A metodologia estatística adotada nesta edição garante elevada confiabilidade aos resultados apresentados. Para o conjunto das análises, a margem de erro geral é de 3%, associada a um nível de confiança de 95%, com variações possíveis de até 3 pontos percentuais.

Alguns indicadores específicos — como renda média mensal, preços dos materiais e quantidade de integrantes por organização — apresentaram margens de erro um pouco mais amplas, chegando a 5%. Já o indicador de faturamento por tipo de material registrou margem de erro de cerca de 7%.

Essas variações decorrem das características da amostra, composta por organizações de diferentes tamanhos, perfis operacionais e regiões do país, o que reforça a necessidade de ajustes específicos sem comprometer a robustez geral das conclusões.



8.3. Metodologia usada para o cálculo da potencial redução de emissões de CO₂e

O cálculo do potencial de redução das emissões de CO₂e adotou a metodologia AMS-III.BA, reconhecida internacionalmente e utilizada pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Esse método, amplamente empregado em projetos de reciclagem e recuperação de resíduos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), possibilitando a estimativa de ganhos ambientais a partir da reciclagem.

Para sua aplicação, foram consideradas as quantidades de materiais reciclados informadas pelas organizações participantes. Embora a metodologia diferencie materiais de origem nacional e importada, essa informação não está disponível para o contexto brasileiro; por isso, adotou-se a premissa de que todo o material reciclado é de origem nacional. Materiais não contemplados pela AMS-III.BA – como PS, EPS e ABS – foram desconsiderados nos cálculos.

Os resíduos analisados foram organizados em grupos (papel, plástico, alumínio e outros metais), e qualquer quantidade não especificada foi distribuída proporcionalmente entre as categorias existentes, garantindo coerência e completude nos resultados obtidos.

8.4. Metodologia usada no cálculo da estimativa de economia de matéria-prima virgem

Para a estimativa da economia de matéria-prima virgem, procedeu-se a uma revisão bibliográfica sistemática, direcionada a estudos que quantificam os impactos ambientais associados aos processos de reciclagem. A partir dos coeficientes de economia de recursos identificados na literatura especializada, aplicaram-se tais parâmetros às quantidades efetivamente recicladas reportadas pelas organizações, permitindo a modelagem dos benefícios ambientais decorrentes da redução da demanda por insumos primários.

Os resultados obtidos demonstram, de forma quantificável, o efeito da reciclagem na mitigação da extração de recursos naturais, evidenciando a contribuição das organizações de catadoras e catadores para o desempenho ambiental do setor e para o avanço de práticas alinhadas aos princípios da economia circular.

Tabela 18: Estimativa de Economia de Matéria-Prima Virgem

Tipo de material	Matéria-prima preservada	Indicador (por cada tonelada)
Papel/papelão	Árvore	11.484.983,60
	Água	16.769.224.554,36
	Energia	2.015.614,62
Plástico	Petróleo	427.688,31
	Energia Elétrica	4.533.496,10
Alumínio	Bauxita	532.847,31
	Energia Elétrica	1.801.023,91
Outros Metais	Ferro-gusa	81.252,87
Vidro	Areia	502.831,37
	Energia elétrica	335.220,91



8.5. Apresentação dos dados

Os resultados foram inicialmente obtidos em valores inteiros e, posteriormente, padronizados para duas casas decimais, de modo a assegurar uniformidade na apresentação e facilitar a leitura dos dados. Pequenas variações observadas entre totais e subtotais decorrem exclusivamente dos processos de arredondamento e não comprometem a consistência nem a validade estatística dos cálculos.

A disposição das informações no relatório foi estruturada segundo princípios de comunicação técnico-científica, com a utilização de gráficos, tabelas e mapas como instrumentos de síntese visual dos principais indicadores. Esses recursos têm por finalidade otimizar a interpretação dos resultados por distintos perfis de usuários, incluindo gestores públicos, pesquisadores e agentes do setor de reciclagem.

Complementarmente, foram incorporadas análises comparativas em relação às edições anteriores do Anuário. A inclusão de séries históricas permite identificar tendências, rupturas e continuidades no comportamento do setor, fornecendo subsídios para a compreensão dos processos evolutivos e dos desafios enfrentados pelas organizações de catadoras e catadores ao longo do tempo.



Considerações finais

7ª Edição
**Anuário da
Reciclagem**

2025

9



9. Considerações finais

Os resultados apresentados ao longo do Anuário da Reciclagem 2025 evidenciam um setor em expansão, com crescente importância socioeconômica, ambiental e territorial. O conjunto de dados consolidados demonstra que as organizações de catadoras e catadores desempenham papel estrutural na gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil, contribuindo simultaneamente para a inclusão produtiva, a geração de renda, a mitigação climática e o avanço da economia circular.

Entre 2019 e 2024, observou-se expansão contínua do número de organizações, que cresceu 69%, refletindo maior capacidade de formalização e fortalecimento institucional. Esse movimento se expressa também na evolução da quantidade de resíduos recuperados, que praticamente dobrou no período, atingindo em 2024 o maior volume da série histórica. Destaca-se, ainda, o crescimento das regiões Nordeste e Sudeste.

Do ponto de vista econômico, o setor apresentou crescimento expressivo de faturamento, alcançando cifras superiores a R\$ 2 bilhões em 2024. A predominância do plástico no valor comercializado revela a concentração econômica em materiais de maior valor agregado, ao mesmo tempo em que reforça a importância de políticas de valorização de materiais de baixo preço, como papel e vidro, que compõem grande parte do volume coletado, mas apresentam menor retorno financeiro às organizações.

No campo social, os dados confirmam a centralidade das catadoras e dos catadores como trabalhadores fundamentais da economia popular urbana, majoritariamente mulheres, e ainda marcados por desigualdades de renda e condições laborais. Embora haja avanços na profissionalização de algumas organizações, persistem desafios associados à infraestrutura, ao acesso a equipamentos, à formalização de contratos com municípios e à remuneração adequada pelo serviço ambiental prestado.

Quanto aos impactos ambientais mensurados, estes revelam contribuições de grande relevância para as agendas climáticas e de conservação de recursos naturais. Em 2024, a atuação das organizações possibilitou a redução potencial de mais de 1,83 milhão de toneladas de CO₂e, especialmente devido à reciclagem de plásticos. Simultaneamente, a economia de matéria-prima virgem foi significativa, incluindo a preservação de mais de 11,48 milhões de árvores, a poupança de 16,7 bilhões de litros de água, e a redução da exploração de bauxita, petróleo, ferro-gusa e areia. Esses resultados demonstram o papel indispensável da reciclagem na mitigação das mudanças climáticas e na diminuição da pressão sobre ecossistemas frágeis.

A análise evolutiva evidencia que o setor se encontra em processo de consolidação, mas ainda enfrenta obstáculos estruturantes: desigualdades regionais, baixa padronização da coleta seletiva, fragilidade de cadeias logísticas, dependência de atravessadores e insuficiência de financiamento público e privado para garantir sustentabilidade operacional. Tais desafios reforçam a necessidade de fortalecer mecanismos de responsabilidade compartilhada, ampliar investimentos em infraestrutura, aprimorar sistemas municipais de coleta seletiva com inclusão social de catadoras e catadores e consolidar modelos de remuneração pelo serviço ambiental prestado.

Em síntese, o *Anuário da Reciclagem 2025* confirma que as organizações de catadoras e catadores são centrais para a transição do Brasil rumo a modelos sustentáveis de gestão de resíduos, economia circular, inclusão e justiça socioambiental. A continuidade e expansão dos resultados aqui apresentados dependem diretamente do reconhecimento institucional desses trabalhadores, da ampliação de políticas estruturantes e da consolidação de arranjos cooperativos entre poder público, setor privado e sociedade civil.

O país dispõe de uma base sólida e em crescimento. Transformar esse potencial em políticas duradouras e em condições dignas de trabalho é o passo fundamental para que a reciclagem de base comunitária avance como eixo estratégico da sustentabilidade e da resiliência climática no Brasil.

Realização



Site: ics.eco.br | E-mail: contato@ics.eco.br

Patrocínio



Apoio



Produção Técnica





7^a Edição

Anuário da Reciclagem

2025